

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO PARA UBERLÂNDIA E MUNICÍPIOS SELECIONADOS (1991 – 2000)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Economia. Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais. **Indicadores de Desenvolvimento Humano para Uberlândia e Municípios Seleccionados (1991-2000)**. Uberlândia, Julho de 2005. 84p. Disponível: <<http://www.ie.ufu.br/cepes>>.

Uberlândia – MG
Julho / 2005

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO PARA UBERLÂNDIA E MUNICÍPIOS SELECIONADOS (1991 – 2000)

Autores

André Luiz Pires Muniz
Ester William Ferreira
Ludimila Macedo de Araújo
Luiz Bertolucci Júnior

andreluizmuniz@hotmail.com
ewferreira@ufu.br
ludimilamacedo@terra.com.br
bertolucci@ufu.br

Realização

Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Instituto de Economia – IE
Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais - CEPES

Uberlândia – MG
Julho / 2005

**INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO PARA UBERLÂNDIA E
MUNICÍPIOS SELECIONADOS
(1991 – 2000)**

ÍNDICE

1. Introdução	5
2. Aspectos metodológicos do IDH e IDH-M.....	7
2.1. Metodologia de cálculo do IDH e as adaptações para a criação do IDH-M.....	7
2.2. Limitações do IDH/IDH-M	11
3. Aspectos gerais do Desenvolvimento Humano do Brasil e seus municípios	13
3.1. Brasil em um contexto internacional	13
3.2. Brasil e seus municípios	15
4. O IDH-M em Uberlândia e municípios selecionados de Minas Gerais – 1991 e 2000 ...	20
4.1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e seus subíndices.....	22
4.2. Indicadores de Demografia, População e Vulnerabilidade.....	29
4.3. Indicadores de Educação.....	45
4.4. Indicadores de Habitação e Renda.....	59
5. Considerações Finais	73
6. Referências Bibliográficas	74
7. Anexos.....	75
7.1. Glossário dos indicadores do Atlas de Desenvolvimento Humano.....	75

1. Introdução

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado por Mahbud ul Haq com a colaboração do economista Amartya Sen¹ com a finalidade de medir o nível de desenvolvimento humano de um determinado país.

Apesar de muito criticado, este índice obteve grande sucesso, pois foi o primeiro indicador a incorporar alguma medida de desenvolvimento que não considera apenas a dimensão econômica de uma nação, incluindo também, ainda que limitadamente, a dimensão humana. Como exposto no relatório do PNUD² (2004, p. 137), apesar do conceito de desenvolvimento humano ser muito mais amplo do que pode ser medido por qualquer índice composto, o IDH oferece uma importante alternativa para indicar o estado do bem-estar humano.

Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida sintética do desenvolvimento humano de um país, porém possui suas limitações e não abrange todos os aspectos importantes que refletem o desenvolvimento de uma determinada localidade. Ademais, é importante frisar que este índice não é uma representação da “felicidade” das pessoas, e nem indica “o melhor lugar do mundo para se viver”. Apesar de suas limitações foi a partir deste índice que surgiram outros diversos, que tentaram buscar superar as dificuldades metodológicas do IDH e retratar da maneira mais fidedigna possível o desenvolvimento social, humano e econômico de uma determinada localidade.

Portanto, a partir do IDH e das informações apresentadas no Atlas de Desenvolvimento Humano, disponíveis no site do PNUD e da Fundação João Pinheiro (FJP), o presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise dos indicadores de desenvolvimento humano e econômico para o município de Uberlândia comparando-a com a situação do Brasil, de Minas Gerais e de outros municípios mineiros selecionadas.

Neste sentido, estruturou-se o trabalho da seguinte maneira: na próxima seção será feita a descrição sucinta da metodologia de cálculo do IDH mostrando quais foram as adaptações

¹ Ganhador do prêmio Nobel de Economia no ano de 1998.

² Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

feitas para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)³, assim como suas limitações metodológicas. Na terceira seção serão delineados alguns apontamentos gerais sobre a evolução e principais aspectos do desenvolvimento humano no Brasil e municípios brasileiros para os anos de 1991 e 2000. A quarta seção trata especificamente da análise do desenvolvimento humano do município de Uberlândia (MG), comparando-a com a situação do Brasil, de Minas Gerais e de alguns municípios mineiros selecionados.

Esta última seção estará dividida em 04 partes: na primeira, será descrito a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus respectivos subíndices (educação, longevidade e renda); na segunda parte, serão analisados os indicadores de demografia, população e vulnerabilidade; na terceira parte, serão estudados os indicadores de educação; e, na última parte, serão analisados os indicadores de renda e habitação. Por fim, são feitas as considerações finais acerca dos indicadores de desenvolvimento humano para o município de Uberlândia.

³ O IDH-M foi criado a partir de adaptações do IDH feitas pela parceria do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) com a FJP (Fundação João Pinheiro).

2. Aspectos metodológicos do IDH e IDH-M

2.1. Metodologia de cálculo do IDH e as adaptações para a criação do IDH-M

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador relativamente simples de ser calculado; basta ter à mão as variáveis básicas que compõem sua forma de cálculo, porém, é importante ressaltar que estas variáveis são obtidas a partir do Censo Demográfico, desenvolvido pelo IBGE a cada dez anos. Assim, o IDH abrange três dimensões básicas: i) educação; ii) longevidade, e; iii) renda. Cada uma destas dimensões irá fornecer um índice, que, em conjunto, a partir de uma média simples, irão dar origem ao IDH.

No quadro abaixo são apresentados as variáveis utilizadas no cálculo de cada dimensão do IDH:

Quadro 1 – Dimensões do IDH e as variáveis utilizadas
<p>1) <i>Dimensão Educação</i> Taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade (%) Taxa de escolarização bruta combinada dos diversos níveis educacionais (%)</p>
<p>2) <i>Dimensão Longevidade</i> Esperança de vida ao nascer (em anos)</p>
<p>3) <i>Dimensão Renda</i> PIB per capita</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Terra (2003) e PNUD (2003)

Assim, para medir o acesso à educação da população de uma determinada localidade o IDH utiliza duas variáveis básicas: i) a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade, e; ii) taxa de escolarização bruta combinada dos diversos níveis educacionais. Porém, esta segunda variável, quando se trabalha com núcleos sociais menores como municípios, não é muito eficaz, pois os estudantes podem morar em uma cidade e estudar em outra. Por isso, para se evitar este problema metodológico é que se utiliza a taxa de frequência bruta a escola, sendo esta a primeira diferença existente no cálculo do IDH em relação ao do IDH-M (PNUD, 2003).

Portanto, para o cálculo da dimensão educação do IDH-M utiliza-se a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade com peso 2 e a taxa de frequência bruta à escola com peso 1. Como estas taxas já variam de 0% a 100%, torna-se desnecessário convertê-las em índices, e, assim, aplicando-se os devidos pesos, pode-se chegar ao índice de desenvolvimento educacional (IDHM-E). A Equação 1 abaixo permite visualizar a forma de cálculo do IDHM-E:

$$\text{IDHM-E} = [\text{TFBE} + (2 \times \text{TALF})] / 3 \quad (1)$$

Onde: TFBE: Taxa de Frequência Bruta à Escola, e;

TALF: Taxa de Alfabetização das pessoas acima de 15 anos⁴;

Para medir a dimensão longevidade, utiliza-se a variável esperança de vida ao nascer (em anos). De maneira geral, esta variável mostra qual é a média de anos que a população em uma determinada localidade viverá ao nascer. Assim, quanto menor for a mortalidade registrada nesta localidade, maior será a esperança de vida ao nascer. É importante ressaltar que este indicador não sofre alterações no IDH-M, ou seja, utiliza-se a esperança de vida ao nascer tanto para o IDH para países como para os municípios.

Porém, para o cálculo da dimensão longevidade do IDH (IDHM-L) é necessário ter dois parâmetros básicos⁵. São eles: o parâmetro máximo de longevidade, que é estabelecido em 85 anos e o parâmetro mínimo de 25 anos. A partir destas informações, a forma de cálculo da dimensão longevidade é a expressa pela Equação 2:

$$\text{IDHM-L} = (\text{ESPVID} - \text{PMNL}) / (\text{PMXL} - \text{PMNL}) \quad (2)$$

Onde: ESPVID: Esperança de vida ao nascer (em anos);

PMNL: Parâmetro Mínimo de Longevidade (definido em 25 anos), e;

PMXL: Parâmetro Máximo de Longevidade (definido em 85 anos).

Por sua vez, a dimensão renda é calculada a partir do PIB per capita, ou seja, todas as riquezas produzidas dentro de um país, dividido pelo número de habitantes do país. Porém, o

⁴ Caso os valores estejam em porcentagem, é necessário dividi-los por 100 para a realização do cálculo.

⁵ Denominados nos relatórios do PNUD de balizas de cálculo.

PIB per capita, quando se trata de unidades como municípios não é a melhor medida a ser utilizada, pois, como exposto no relatório do PNUD (2003), nem toda a renda produzida dentro da área do município é apropriada pela população residente. Neste sentido, em nível municipal utiliza-se a renda municipal per capita, calculada a partir do questionário da amostra do Censo, fornecendo uma medida da renda média dos indivíduos residentes **no município**.

Para o cálculo da dimensão renda do IDH, também são necessários dois parâmetros básicos. Um valor máximo definido em R\$ 1560,17 e um valor mínimo de R\$ 3,90⁶. Assim, para se chegar à dimensão renda do IDH (IDHM-R), utiliza-se a seguinte fórmula, descrita pela Equação 3 a seguir:

$$\text{IDHM-R} = (\log \text{RMM} - \log \text{VRMN}) / (\log \text{VRMX} - \log \text{VRMN}) \quad (3)$$

Onde: RMM: Renda média municipal per capita;

VRMN: Valor de referência mínimo (definido em R\$ 3,90), e;

VRMX: Valor de referência máximo (definido em R\$ 1560,17).

Como os valores são expressos em Reais, torna-se necessário a aplicação de logaritmos para a transformação do cálculo em um índice que varia de 0 a 1.

Por fim, o cálculo do IDH-M é a média aritmética simples das três dimensões (IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R) calculados a partir das Equações 1, 2 e 3, como expresso na Equação 4 a seguir:

$$\text{IDH-M} = (\text{IDHM-E} + \text{IDHM-L} + \text{IDHM-R}) / 3 \quad (4)$$

Onde: IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;

IDHM-E: Dimensão educação do IDH;

IDHM-L: Dimensão longevidade do IDH, e;

IDHM-R: Dimensão renda do IDH.

⁶ Estes valores são as conversões em Reais (R\$) dos valores máximo e mínimo expressos em dólar PPC (Paridade do Poder de Compra) adotados nos relatórios internacionais do PNUD (US\$ PPP 40.000,00 e US\$ PPP 100,00, respectivamente) (PNUD, 2003). A conversão dos valores em termos de Paridade do Poder de Compra (PPC) é necessário para eliminar as diferenças de níveis de preços nacionais (PNUD, 2004, p. 138).

O IDH-M e suas três dimensões serão índices que variam de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano da localidade em questão. A partir deste índice, o PNUD utiliza a seguinte nomenclatura para classificar as localidades, descrita no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Classificação do PNUD a partir do IDH (ou IDH-M)
<p>1) <i>Baixo Desenvolvimento Humano</i> IDH (ou IDH-M) entre 0 e 0,499</p>
<p>2) <i>Médio Desenvolvimento Humano</i> IDH (ou IDH-M) entre 0,500 e 0,799</p>
<p>3) <i>Alto Desenvolvimento Humano</i> IDH (ou IDH-M) igual ou maior que 0,800</p>

Fonte: PNUD (2003)

De forma a ilustrar o método de cálculo do IDH-M descrito acima, serão utilizadas informações obtidas do PNUD para duas cidades brasileiras para o ano de 2000. As cidades selecionadas são: São Caetano do Sul (SP) e Manari (PE). São Caetano do Sul é considerada como a que possui o maior IDH-M, enquanto que a cidade de Manari é a que possui o pior IDH-M no Brasil no ano de 2000. Na Tabela 1 estão as informações básicas necessárias para se efetuar os cálculos a partir das Equações 1 a 4 descritas acima.

O que se pode verificar a partir dos cálculos da Tabela 1 é que em todas as dimensões a cidade de São Caetano do Sul (SP) é superior a Manari (PE), não sendo por menos que possui um Índice de Desenvolvimento Humano melhor.

É importante ainda explicitar que tais informações utilizadas nos cálculos são facilmente encontradas em fontes do governo como o banco de dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEADATA – <http://www.ipeadata.gov.br>) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – <http://www.ibge.gov.br>), ou ainda na Fundação João Pinheiro (FJP – <http://www.fjp.gov.br>) a partir do Atlas de Desenvolvimento Humano.

Tabela 1 – Informações de São Caetano do Sul (SP) e Manari (PE) para a elaboração do cálculo do IDH-M no ano de 2000	
<i>São Caetano do Sul (SP)</i>	<i>Manari (PE)</i>
Esperança de vida ao nascer (em anos): 78,18	Esperança de vida ao nascer (em anos): 55,71
Taxa de alfabetização (%): 97,01	Taxa de alfabetização (%): 42,99
Taxa bruta frequência escolar (%): 98,57	Taxa bruta frequência escolar (%): 77,74
Renda per capita (em R\$ de 2000): 834,00	Renda per capita (em R\$ de 2000): 30,43
Cálculo do IDHM-E	
$((0,9857) + (0,9701 \times 2)) / 3$	$((0,7774) + (0,4299 \times 2)) / 3$
$2,9259 / 3$	$1,6372 / 3$
<i>IDHM-E = 0,9757</i>	<i>IDHM-E = 0,5457</i>
Cálculo do IDHM-L	
$(78,18 - 25) / (85 - 25)$	$(55,71 - 25) / (85 - 25)$
$53,18 / 60$	$30,71 / 60$
<i>IDHM-L = 0,8863</i>	<i>IDHM-L = 0,5118</i>
Cálculo do IDHM-R⁷	
$(\log 834 - \log 3,9) / (\log 1560,17 - \log 3,9)$	$(\log 30,43 - \log 3,9) / (\log 1560,17 - \log 3,9)$
$2,3301 / 2,6021$	$0,8922 / 2,6021$
<i>IDHM-R = 0,8954</i>	<i>IDHM-R = 0,3428</i>
Cálculo do IDH-M	
$(0,976 + 0,886 + 0,895) / 3$	$(0,546 + 0,512 + 0,343) / 3$
$2,757 / 3$	$1,401 / 3$
<i>IDH-M = 0,919</i>	<i>IDH-M = 0,467</i>

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do PNUD

2.2. Limitações do IDH/IDH-M

O grande mérito do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de considerar outras dimensões além da econômica para aferir o desenvolvimento de uma determinada população. O que tornou o IDH inovador em relação ao indicador de desenvolvimento que era preponderante até recentemente (o PIB per capita) foi justamente ter levado em consideração dimensões como a longevidade (que reflete de certa forma as condições de saúde da população) e a da educação. Contudo, apesar de ser um importante indicador das condições humanas, o IDH (e conseqüentemente o IDH-M) possui algumas limitações, que devem ser explicitadas.

⁷ Logaritmos: de R\$ 1.560,17 = 3,1931; de R\$ 3,90 = 0,5910; de R\$ 834 = 2,9211, e de R\$ 30,43 = 1,4833.

Uma das limitações comumente citadas e, até mesmo reconhecida nos relatórios do PNUD (PNUD, 2004, p. 128), refere-se à abrangência do IDH, ou seja, ao limitado rol de dimensões e variáveis que compõem o índice⁸. Neste sentido, argumenta-se que é necessário incluir outras dimensões como habitação, segurança, acesso a cultura, liberdade humana e política, dentre outras, porém, a indisponibilidade e a dificuldade de se obter dados confiáveis e de periodicidade regular e sistemática para caracterizar estas novas dimensões é a principal barreira para se avançar e superar esta limitação.

Um exemplo razoavelmente bem sucedido da superação desta limitação pode ser encontrado no IDS (Índice de Desenvolvimento Social), desenvolvido pelo IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará)⁹ e no IDE (Índice de Desenvolvimento Econômico), elaborado pelo SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia)¹⁰.

Outra limitação recorrentemente apontada refere-se aos pesos atribuídos aos subíndices que compõem o IDH. Critica-se o fato dos subíndices (IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R) terem o mesmo peso na formulação final do IDH/IDHM. Neste sentido, argumenta-se que pode haver situações e regiões em que o peso de uma determinada dimensão (ou variável) é mais importante do que outra na explicação do desenvolvimento humano, exigindo, desta maneira, pesos diferenciados de cada dimensão/variável componente do IDH (BARROS, CARVALHO; FRANCO, 2003, p. 05).

Apesar destas duas limitações metodológicas, é importante ter-se em mente que os índices, de maneira geral, não podem captar a total complexidade do conceito de desenvolvimento humano, dado que o próprio conceito possui diversas interpretações e envolve variados fatores. Contudo, o IDH permite gerar um retrato das condições básicas de vida das pessoas, permitindo, neste sentido, informar o público, gerar debates e orientar as políticas públicas na busca do incremento do desenvolvimento humano e social de uma determinada região (RDH, 2000a).

⁸ Esta limitação também é comentada por Holanda *et. al.* (2003, p. 09) e Barros; Carvalho; Franco (2003, p. 06).

⁹ Ver em Holanda *et. al.* (2003).

¹⁰ Ver SEI (2005).

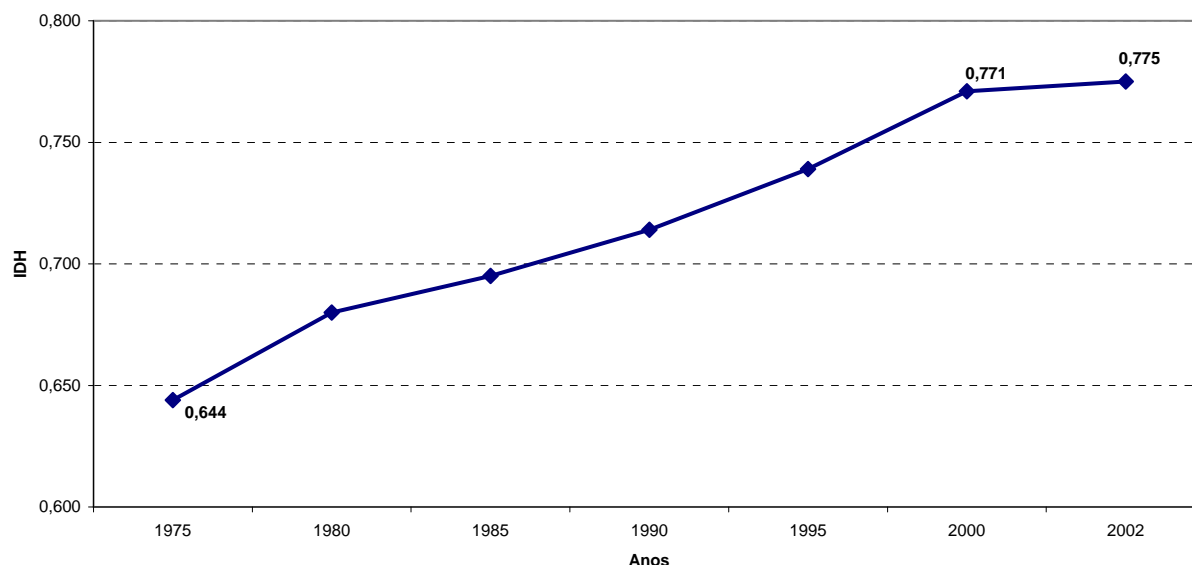
3. Aspectos gerais do Desenvolvimento Humano do Brasil e seus municípios

Esta seção está dividida em duas partes: na primeira serão feitos alguns apontamentos gerais sobre o IDH do Brasil em uma perspectiva internacional a partir das informações disponíveis no relatório da PNUD (2004), enquanto que, na segunda parte, a partir dos dados do IDH-M desenvolvido pela parceria IPEA/FJP, serão descritas algumas características gerais do IDH-M em relação aos municípios brasileiros.

3.1. Brasil em um contexto internacional

De acordo com os relatórios do PNUD pode-se verificar que o Brasil está classificado como uma nação de **médio desenvolvimento humano** (ver classificação do Quadro 2). **Em 2000**, o Brasil obteve a **74ª posição** dentre 174 países analisados, com um IDH de 0,771. **Já em 2002**, o país ganhou apenas duas posições, passando para a **72ª posição** (dentre 177 países), com um IDH de 0,775. O Gráfico 1 permite verificar a evolução do IDH do Brasil no período de 1975 a 2002.

Gráfico 1 – Evolução do IDH do Brasil: 1975 a 2002



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do relatório do PNUD (2004) – informações na Tabela 1

Essa trajetória ascendente do IDH brasileiro no período de 1975 a 2002 indica que esforços significativos foram realizados na área de saúde (de modo que incrementasse a longevidade) e na área da educação (principalmente no aspecto de ampliação a seu acesso). Obviamente que a dimensão renda também contribuiu para esta ascendência do índice, dado a tendência crescente do PIB per capita.

Na Tabela 1 é possível verificar a situação do Brasil em comparação com alguns outros países selecionados.

Tabela 1 – Quadro comparativo e evolutivo do IDH de alguns países selecionados: 1975 a 2002

País	Posição no ranking em 2002	Classif. Em 2002	Valores do IDH por ano						
			1975	1980	1985	1990	1995	2000	2002
Noruega	1	Elevado DH	0,866	0,886	0,897	0,911	0,935	0,954	0,956
Canadá	4	Elevado DH	0,869	0,885	0,908	0,928	0,933	0,939	0,943
EUA	8	Elevado DH	0,866	0,886	0,899	0,914	0,926	0,935	0,939
Argentina	34	Elevado DH	0,784	0,799	0,808	0,810	0,832	0,854	0,853
Kuwait	44	Elevado DH	0,761	0,776	0,778	-	0,810	0,834	0,838
Costa Rica	45	Elevado DH	0,745	0,770	0,774	0,791	0,810	0,829	0,834
Cuba	52	Elevado DH	-	-	-	-	-	-	0,809
México	53	Elevado DH	0,688	0,734	0,753	0,761	0,776	0,800	0,802
Malásia	59	Médio DH	0,614	0,657	0,693	0,720	0,759	0,789	0,793
Panamá	61	Médio DH	0,708	0,735	0,746	0,748	0,771	0,791	0,791
Brasil	72	Médio DH	0,644	0,680	0,695	0,714	0,739	0,771	0,775
Colômbia	73	Médio DH	0,661	0,689	0,706	0,727	0,751	0,771	0,773
Nigéria	151	Baixo DH	0,324	0,385	0,401	0,430	0,455	-	0,466
Serra Leoa	177	Baixo DH	-	-	-	-	-	-	0,273

Fonte: PNUD (2004)

A Tabela 1 permite visualizar a situação brasileira em relação a alguns outros países do mundo. Consta-se, a partir destas informações, a pior situação do Brasil em comparação com países como Argentina, Kuwait, Costa Rica, Cuba e México, que estão classificados como países de elevado desenvolvimento humano. Este fato é curioso, pois estes países são tão ou menos economicamente desenvolvidos quanto o Brasil. Isto reflete a idéia de que o **crescimento econômico é importante, porém, não é condição única e suficiente** para a promoção de um maior desenvolvimento humano e social. Como exposto no relatório do PNUD (2004, p. 127):

(...) o crescimento econômico é um meio importante para o desenvolvimento humano, no entanto, os resultados humanos não dependem só do crescimento econômico e dos níveis de rendimento nacional. Também dependem da maneira como estes recursos são utilizados – se para desenvolver armas ou para produzir alimentos, se para construir palácios ou para fornecer água potável.

Fica claro na passagem citada acima de que, muito além da necessidade de se promover o crescimento econômico, **é preciso redistribuir a renda**, de modo que se permita que a parcela carente e necessitada da população possa ter acesso a uma melhor saúde, educação e outros serviços que incrementem sua qualidade de vida.

Outro ponto importante a destacar e que não pode ser ignorado a partir da observação das informações do relatório do PNUD, é o fato de que, dentre os países com baixo desenvolvimento humano no mundo, a maioria é composta pelos países africanos, indicando que esforços devem ser reunidos pelos demais países para ajudar a melhorar a situação do continente africano e promover uma melhoria da qualidade de vida daquela sofrida população.

3.2. Brasil e seus municípios

O Atlas de Desenvolvimento Humano, desenvolvido pela parceira IPEA/FJP foi uma importante contribuição, pois trouxe diversos indicadores econômicos e sociais para os 5.507 municípios brasileiros nos anos de 1991/2000, permitindo conhecer melhor a realidade brasileira em nível municipal.

Utilizando a classificação desenvolvida pelo PNUD (ver Quadro 2) foram realizadas algumas tabulações e apontamentos gerais sobre o IDH para os municípios brasileiros. A Tabela 2, apresentada a seguir, permite fazer as primeiras considerações.

A partir da Tabela 2 verifica-se que, de 1991 para 2000, aumentou significativamente o número de cidades com nível de desenvolvimento humano alto (DH alto) no Brasil (de 19 para 574 cidades – aumento de 2.921%), e que, em paralelo, ocorreu uma forte redução do número de cidades com nível de desenvolvimento humano baixo (de 995 para 23 cidades – redução de 97,6%). Nota-se também que no Brasil predominam os municípios com característica de médio

desenvolvimento humano (em 2000, cerca de 89% dos municípios foram classificados como sendo de médio desenvolvimento humano).

Tabela 2 – Número de cidades segundo classificação do PNUD: 1991 e 2000

Classificação Geral	1991		2000	
	Número	% total	Número	% total
DH alto	19	0,3%	574	10,4%
DH médio	4493	81,6%	4910	89,2%
DH baixo	995	18,1%	23	0,4%
Total geral	5507	100%	5507	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

A Tabela 3 permite verificar a classificação das cidades brasileiras em nível regional. Pode-se observar que dentre as cidades com baixo desenvolvimento humano, em 2000, todas eram da região Nordeste/Norte, e que dentre as com alto desenvolvimento humano, há uma predominância das cidades do Sul/Sudeste (representando cerca de 95% do total de cidades nesta classificação).

Em uma análise mais apurada em nível estadual, nota-se que, em 1991, estados como Alagoas (AL), Maranhão (MA), Paraíba (PB) e Piauí (PI), mais da metade das cidades estavam em um nível de baixo desenvolvimento humano (74,3; 66,8; 66,4 e 61,1% das cidades, respectivamente). Porém, esta situação se reverte de maneira positiva em 2000, dado que pequena parcela das cidades destes estados permaneciam na faixa de baixo desenvolvimento humano (3; 3,7; 0,4 e 2,7% das cidades, respectivamente). Neste ano (2000), os estados com maior número de cidades em condições de baixo desenvolvimento humano foram Amazonas (AM) e Acre (AC), com 4,8 e 4,5% das cidades nesta condição, respectivamente.

Tabela 3 – Número de cidades por região, segundo classificação do PNUD: 1991 e 2000

Região	DH alto		DH médio		DH baixo		Total
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
Centro-Oeste		26	446	420			446
Nordeste		2	879	1766	908	19	1787
Norte		2	395	443	54	4	449
Sudeste	14	224	1619	1442	33		1666
Sul	5	320	1154	839			1159
Total	19	574	4493	4910	995	23	5507

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Assim, a partir da análise das informações contidos no Atlas de Desenvolvimento Humano, pode-se constatar intensas disparidades regionais, principalmente entre o Norte-Nordeste em comparação com Sul-Sudeste brasileiro. Constatou-se que, **dentre as 10 cidades com maior IDH-M** no Brasil em 1991 e 2000, todas se encontravam na região Sul e Sudeste, enquanto que as **10 cidades com pior IDH-M** nos anos de 1991 e 2000, todas eram das regiões Norte e Nordeste. Expandindo-se a análise para as **20 cidades com melhor IDH-M**, no ano de 1991, todas eram ainda da região Sul e Sudeste, enquanto que para o ano de 2000, apenas uma cidade do Nordeste (Fernando de Noronha – PE) estava dentre estas 20. Já entre os **20 piores IDH-M** no ano de 1991, todas as cidades eram da região Norte e Nordeste, fato também confirmado para o ano de 2000.

Na Tabela 4 são apresentados os valores médios das variáveis que são utilizadas para o cálculo do IDH-M para os anos de 1991 e 2000, permitindo uma breve visualização das dimensões longevidade, educação e renda dos municípios brasileiros.

Tabela 4 – Valores médios das variáveis utilizadas para o cálculo do IDH-M, segundo classificação do PNUD: 1991 e 2000

1991				
Classificação Geral	MÉDIAS			
	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Renda per capita (em R\$ de 2000)
DH alto	71,44	93,39	77,85	455,67
DH médio	64,95	74,38	58,14	136,91
DH baixo	56,51	43,32	43,29	49,38
Total geral	63,45	68,84	55,52	122,19
2000				
Classificação Geral	MÉDIAS			
	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Renda per capita (em R\$ de 2000)
DH alto	73,99	93,30	83,03	347,04
DH médio	67,06	76,61	77,42	151,27
DH baixo	57,14	47,84	66,63	42,13
Total geral	67,74	78,23	77,95	171,22

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

É possível observar que, entre 1991 e 2000, houve um aumento na média da taxa de esperança de vida ao nascer e na taxa bruta de frequência escolar para as três classificações do PNUD, assim como uma redução da taxa de alfabetização para as pessoas com mais de 15 anos de idade para a faixa de cidades com desenvolvimento humano alto. Em relação à renda per capita, ocorreu uma redução para as cidades nas faixas de alto e baixo desenvolvimento humano e elevação apenas para a faixa de cidades com médio desenvolvimento. Este último apontamento reforça o que já foi comentado anteriormente em relação à importância de outras dimensões para retratar o desenvolvimento humano, não considerando apenas o aspecto da renda.

A partir da próxima tabela é possível observar as médias das variáveis que compõem o IDH-M, porém para grandes regiões brasileiras.

Tabela 5 – Valores médios das variáveis utilizadas para o cálculo do IDH-M por região: 1991 e 2000

1991				
Região	MÉDIAS			
	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Renda per capita (em R\$ de 2000)
Centro-Oeste	64,13	75,19	58,58	153,39
Nordeste	58,32	50,18	50,11	61,31
Norte	61,30	63,76	53,13	102,37
Sudeste	66,31	77,87	59,10	161,25
Sul	67,81	84,14	58,49	155,61
Total geral	63,45	68,84	55,52	122,19
2000				
Região	MÉDIAS			
	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Renda per capita (em R\$ de 2000)
Centro-Oeste	68,94	83,22	80,13	210,75
Nordeste	63,13	64,32	78,49	85,23
Norte	65,72	76,00	74,53	120,60
Sudeste	70,26	85,00	76,09	222,44
Sul	71,54	88,89	80,30	234,58
Total geral	67,74	78,23	77,95	171,22

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

As informações da Tabela 5 informam que a esperança de vida ao nascer se elevou em todas as regiões brasileiras. As regiões Centro-Oeste e Nordeste foram as que tiveram uma elevação mais significativa nesta variável, com um incremento médio de cerca de 4 anos na esperança de vida ao nascer entre 1991 a 2000. Houve também incrementos significativos para todas as regiões na taxa de alfabetização de adultos e na taxa bruta de frequência escolar. Observa-se também um incremento na renda per capita das regiões, em especial na região Sul, cujo incremento na média da renda per capita de 1991 a 2000 foi de cerca de R\$ 79,00, seguido da região Sudeste com um incremento de cerca de R\$ 61,00.

Apesar destes avanços em todas as variáveis, é importante relativizar os avanços conquistados, e destacar o nível em que se encontra a média da renda per capita das regiões Norte e Nordeste. Na região Nordeste, por exemplo, a média da renda per capita em 2000 estava muito próxima da linha de pobreza definida em R\$ 75,50.

A partir das informações municipais, procurou-se verificar também quais as cidades brasileiras melhoraram e pioraram suas posições no *ranking* do IDH do ano de 1991 para o ano de 2000. Constatou-se que, dentre os 5.507 municípios, 2.733 melhoraram suas posições no ranking geral (ou 49% dos municípios), dentre estes, 17,1% são mineiros, 9,3% são do Rio Grande do Sul, 9,1% são baianos, 7,6% são de Santa Catarina e 7,2% são do Paraná – totalizando 50,3% dos municípios que tiveram elevação em suas posições.

Por outro lado, 2.768 municípios brasileiros perderam posições (dentre as quais, 18,28% são paulistas, 13,95% mineiros, 7,73% do Rio Grande do Sul, 7,30% paranaenses e 5,96% municípios baianos). Destes 2.768 municípios que perderam posições, apenas 7 foram porque tiveram redução no IDH (sendo eles São Sebastião do Uatumã (AM), Silves (AM), Uarini (AM), Amajari (RR), Mucajaí (RR), Uiramutã (RR) e Lajeado (TO)).

A partir destes breves apontamentos, o que se pode considerar de maneira geral é o fato de que, apesar do IDH brasileiro estar melhorando com o decorrer dos anos, no âmbito regional/municipal são muitas as desigualdades, principalmente ao se comparar os municípios do Norte/Nordeste com Sul/Sudeste. As informações demonstraram que muitos avanços foram obtidos, principalmente ao se reduzir de maneira significativa o número de municípios que estavam em um patamar de baixo desenvolvimento humano, contudo, há muito ainda o que ser feito, principalmente para as regiões menos desenvolvidas como o Norte e Nordeste, que têm

como características gerais: baixa expectativa de vida e baixas taxas de escolarização, além de renda per capita insuficiente para adquirir um padrão de vida melhor.

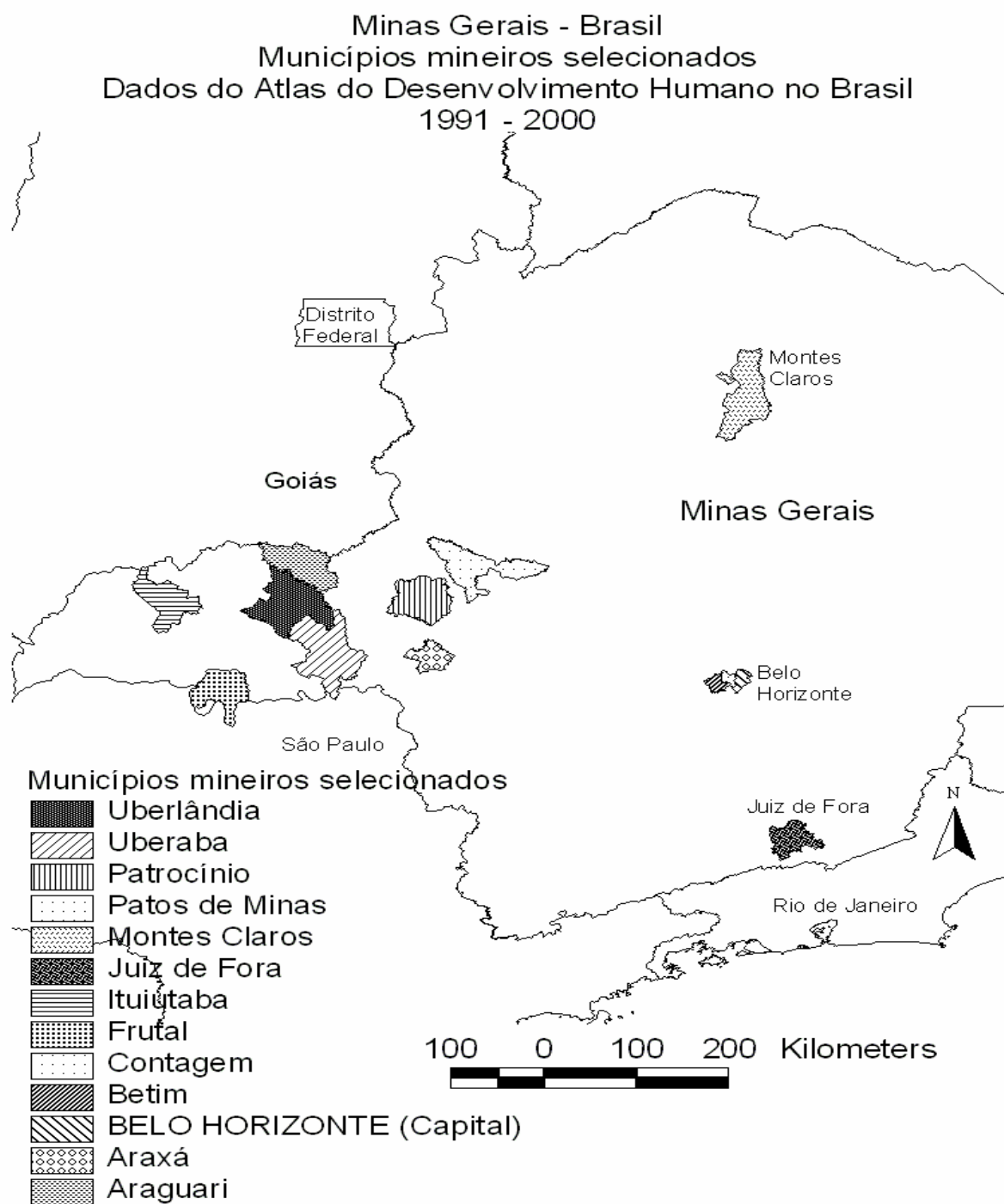
4. O IDH-M em Uberlândia e municípios selecionados de Minas Gerais – 1991 e 2000

O objetivo desta seção é fornecer uma análise dos indicadores de desenvolvimento humano para o município de Uberlândia, comparando-os com os resultados apresentados para o Brasil, Minas Gerais e outros municípios mineiros selecionados. Os municípios selecionados para traçar este comparativo foram: Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora, Montes Claros, Betim, Uberaba, Patos de Minas, Araguari, Ituiutaba, Araxá, Patrocínio e Frutal. Estes municípios foram selecionados por apresentarem maior dinamismo econômico e populacional. Assim, estará sendo comparada a situação de Uberlândia com outros grandes municípios mineiros, assim como com municípios da mesma mesoregião (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba). A Figura 1 mostra a localização destes municípios selecionados.

Esta seção está dividida em 4 partes. Na primeira, será discutido o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus respectivos subíndices. Na segunda parte, serão discutidos os indicadores de demografia, população e vulnerabilidade, enquanto que, na terceira, são tratados os indicadores de educação. Na quarta parte serão discutidos os indicadores de renda e habitação.

A segunda, terceira e quarta partes são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento humano, pois, como apontado anteriormente na seção referente às limitações, o IDH-M deixa a desejar em captar aspectos importantes do desenvolvimento humano, os quais serão apresentados nas seções a seguir. A título de informação para o leitor é importante destacar que todas as tabulações apresentadas nesta seção podem acessadas no site da Fundação João Pinheiro, por meio do Atlas de Desenvolvimento Humano (2000).

Figura 1 – Localização dos municípios mineiros selecionados



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

4.1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e seus subíndices

André Luiz Pires Muniz¹¹

Como apreendido na primeira seção deste trabalho, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é um indicador sumário que retrata três grandes dimensões: i) educação; ii) longevidade e, iii) renda. Nesta seção é apresentado o resultado deste indicador assim, como seus subíndices, para Uberlândia e alguns municípios selecionados para comparativo, nos anos de 1991 e 2000.

A Tabela 1 fornece informações sobre a classificação das cidades selecionadas do estudo no *ranking* do IDH-M (estadual e nacional) nos anos de 1991 e 2000. Em relação à classificação nacional, nota-se que Uberlândia perdeu posições (58 posições perdidas), fato este também observado para os grandes municípios como Belo Horizonte, Juiz de Fora, Montes Claros e Contagem. A cidade que obteve mais posições foi Patos de Minas (ganhando 287 posições). Na classificação estadual, Uberlândia também perdeu posições, passando da **terceira posição em 1991 para a sétima em 2000** no *ranking* dos municípios mineiros.

As informações disponíveis na Tabela 2 mostram os valores do IDH-M e seus respectivos subíndices das dimensões educação, longevidade e renda. Esses dados demonstram que Uberlândia possui um IDH-M significativamente superior ao índice nacional e estadual, tanto para os anos de 1991 como para 2000. Verifica-se também que, para o ano de 2000, **Uberlândia possui o terceiro maior índice de desenvolvimento humano (0,830) dentre os municípios selecionados, ficando atrás apenas de Belo Horizonte (0,839) e Uberaba (0,834)**¹². Uberlândia pode ser considerada, assim, a partir da classificação do PNUD (ver Quadro 2 da primeira seção), um município de **elevado desenvolvimento humano**, assim como as cidades de Belo Horizonte, Uberaba, Patos de Minas, Araguari e Ituiutaba, cujos IDH-M foram superiores a 0,800. Os demais municípios selecionados são classificados como de médio desenvolvimento humano. Constata-se também que Uberlândia teve incremento em todos os subíndices (IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R) que compõem o IDH-M, contudo, **a**

¹¹ Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia e auxiliar de pesquisas do CEPES.

¹² Em Minas Gerais, os sete municípios com os melhores IDH-M foram: Poços de Caldas, São Lourenço, Belo Horizonte, Uberaba, Divinópolis, Timóteo e Uberlândia.

dimensão que obteve maior crescimento foi a da educação (elevando-se de 0,848 para 0,920). É importante ressaltar também que em todas as dimensões que compõem o IDH-M, Uberlândia possui valores superiores ao IDH brasileiro e mineiro (Tabela 2).

A partir da Tabela 3 é possível verificar a evolução das variáveis que compõem a dimensão educação do IDH-M. Nota-se que a taxa de frequência à escola em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) obtiveram elevações importantes de 1991 a 2000, não só para Uberlândia como para todas os municípios selecionados, refletindo os esforços por parte dos diversos níveis de governo na busca da universalização da educação. **Uberlândia novamente se destaca entre as cidades selecionadas no estudo por apresentar as maiores taxas, tanto de alfabetização de adultos como de frequência escolar.**

Como uma aproximação para as condições de saúde de uma determinada região, utiliza-se o subíndice de longevidade, cujas informações estão disponíveis na Tabela 4. Verifica-se que, em Uberlândia, **houve um aumento na esperança de vida ao nascer de 1991 a 2000, passando de 70 para 73 anos**, sendo novamente superior quando comparada com a esperança de vida ao nascer brasileira e mineira e, até mesmo **superior quando comparada com a esperança de vida média dos municípios de desenvolvimento humano elevado**, que de 1991 a 2000 cresceu em 2 anos (informações obtidas da Tabela 4 da seção 3.2). Porém, Uberlândia, em relação à questão longevidade fica atrás de cidades como Ituiutaba, Patrocínio, Patos de Minas, Uberaba e Araguari.

Já para a dimensão renda (Tabela 5), constata-se também que Uberlândia possui condições superiores quando comparada com a situação brasileira e mineira. A renda per capita uberlandense, no ano de 2000, foi de R\$ 389,32 enquanto que a renda per capita brasileira foi de R\$ 297,23 e mineira de R\$ 276,56. **Dentre as cidades selecionadas, Uberlândia é a terceira cidade com maior renda per capita**, ficando atrás apenas de Belo Horizonte (com uma renda per capita de R\$ 557,44) e de Juiz de Fora (cujas renda per capita é R\$ 419,40).

A partir destes apontamentos acerca do IDH-M e suas três dimensões, verifica-se que Uberlândia possui boas condições de vida, se comparada com outras cidades de Minas Gerais. Porém, o IDH-M leva em consideração apenas alguns aspectos e variáveis do complexo conceito de desenvolvimento humano, e, neste sentido, é que são abordados nas partes 2, 3 e 4

desta seção outros indicadores econômicos e sociais, permitindo ao leitor uma melhor compreensão da realidade de Uberlândia e municípios selecionados.

Tabela 1 – Classificação nacional e estadual no ranking do IDH-M de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Cidades	Classificação Nacional		Classificação Estadual	
	1991	2000	1991	2000
Belo Horizonte (MG)	42	80	1	3
Contagem (MG)	618	830	35	76
Uberlândia (MG)	76	134	3	7
Juiz de Fora (MG)	113	151	5	9
Montes Claros (MG)	793	968	53	102
Betim (MG)	1345	1187	144	138
Uberaba (MG)	187	104	9	4
Patos de Minas (MG)	605	318	32	19
Araguari (MG)	264	286	12	17
Ituiutaba (MG)	354	254	14	15
Araxá (MG)	493	579	24	40
Patrocínio (MG)	827	583	57	41
Frutal (MG)	575	495	30	32

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PNUD.

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano para Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	IDHM		IDHM-Renda		IDHM-Longevidade		IDHM-Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Minas Gerais	0,697	0,773	0,652	0,711	0,689	0,759	0,751	0,850
Belo Horizonte (MG)	0,791	0,839	0,779	0,828	0,727	0,759	0,866	0,929
Contagem (MG)	0,730	0,789	0,665	0,714	0,688	0,751	0,836	0,901
Uberlândia (MG)	0,778	0,830	0,728	0,768	0,758	0,802	0,848	0,920
Juiz de Fora (MG)	0,769	0,828	0,731	0,781	0,717	0,784	0,858	0,920
Montes Claros (MG)	0,721	0,783	0,629	0,691	0,741	0,787	0,793	0,872
Betim (MG)	0,695	0,775	0,622	0,660	0,674	0,779	0,790	0,885
Uberaba (MG)	0,763	0,834	0,713	0,773	0,733	0,815	0,842	0,913
Patos de Minas (MG)	0,731	0,813	0,677	0,728	0,711	0,816	0,805	0,896
Araguari (MG)	0,754	0,815	0,677	0,737	0,766	0,815	0,819	0,894
Ituiutaba (MG)	0,747	0,818	0,686	0,728	0,755	0,848	0,800	0,877
Araxá (MG)	0,736	0,799	0,676	0,745	0,707	0,751	0,825	0,901
Patrocínio (MG)	0,719	0,799	0,643	0,716	0,728	0,823	0,787	0,859
Frutal (MG)	0,731	0,803	0,683	0,725	0,754	0,830	0,757	0,854

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 3 – IDHM - Subíndice de Educação para Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	IDHM-Educação		Taxa de alfabetização		Taxa bruta de frequência à escola		Taxa bruta de frequência ao fundamental		Taxa bruta de frequência ao ensino médio		Taxa bruta de frequência ao superior	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	0,745	0,849	79,93	86,37	63,63	81,89	99,77	124,61	36,73	77,34	10,12	17,47
Minas Gerais	0,751	0,850	81,81	88,04	61,72	78,93	98,86	118,87	31,83	83,59	8,65	14,84
Belo Horizonte (MG)	0,866	0,929	92,88	95,38	74,11	87,89	111,68	123,39	55,72	108,91	21,82	33,91
Contagem (MG)	0,836	0,901	91,69	94,38	67,34	81,68	108,19	123,30	45,96	108,52	7,99	13,22
Uberlândia (MG)	0,848	0,920	91,50	94,55	71,31	86,97	114,54	120,85	43,27	104,54	14,50	30,77
Juiz de Fora (MG)	0,858	0,920	92,45	95,30	72,66	85,48	108,44	120,65	52,05	97,04	22,72	29,67
Montes Claros (MG)	0,793	0,872	84,55	90,08	68,67	81,50	105,95	120,06	46,68	101,91	9,00	14,92
Betim (MG)	0,790	0,885	84,87	91,45	67,36	82,74	105,43	129,58	31,74	89,18	4,52	8,16
Uberaba (MG)	0,842	0,913	90,34	93,73	71,99	86,37	109,89	121,93	43,17	111,63	20,42	22,69
Patos de Minas (MG)	0,805	0,896	87,93	92,23	65,64	84,43	108,27	121,68	49,72	96,76	6,62	19,66
Araguari (MG)	0,819	0,894	88,89	93,13	67,93	82,02	110,55	117,58	45,24	92,49	9,33	20,70
Ituiutaba (MG)	0,800	0,877	84,74	88,66	70,64	85,81	116,49	119,68	44,88	107,44	13,15	24,58
Araxá (MG)	0,825	0,901	88,95	92,92	69,75	84,59	107,17	118,93	48,50	110,14	10,32	17,61
Patrocínio (MG)	0,787	0,859	86,94	90,76	62,12	76,06	103,52	114,08	36,25	79,44	7,06	13,79
Frutal (MG)	0,757	0,854	84,93	90,93	57,32	74,47	94,15	109,96	38,62	76,30	4,32	14,99

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 4 – IDHM - Subíndice de Longevidade para Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	IDHM-Longevidade		Esperança de vida ao nascer	
	1991	2000	1991	2000
Brasil	0,662	0,727	64,73	68,61
Minas Gerais	0,689	0,759	66,36	70,55
Belo Horizonte (MG)	0,727	0,759	68,64	70,52
Contagem (MG)	0,688	0,751	66,26	70,07
Uberlândia (MG)	0,758	0,802	70,45	73,11
Juiz de Fora (MG)	0,717	0,784	68,00	72,03
Montes Claros (MG)	0,741	0,787	69,43	72,25
Betim (MG)	0,674	0,779	65,47	71,76
Uberaba (MG)	0,733	0,815	68,97	73,93
Patos de Minas (MG)	0,711	0,816	67,68	73,94
Araguari (MG)	0,766	0,815	70,96	73,92
Ituiutaba (MG)	0,755	0,848	70,30	75,90
Araxá (MG)	0,707	0,751	67,41	70,08
Patrocínio (MG)	0,728	0,823	68,67	74,37
Frutal (MG)	0,754	0,830	70,21	74,80

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 5 – IDHM - Subíndice de Renda para Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	IDHM-Renda		Renda per Capita	
	1991	2000	1991	2000
Brasil	0,681	0,723	230,30	297,23
Minas Gerais	0,652	0,711	193,57	276,56
Belo Horizonte (MG)	0,779	0,828	414,94	557,44
Contagem (MG)	0,665	0,714	208,93	280,59
Uberlândia (MG)	0,728	0,768	306,29	389,32
Juiz de Fora (MG)	0,731	0,781	311,64	419,40
Montes Claros (MG)	0,629	0,691	168,40	245,43
Betim (MG)	0,622	0,660	161,67	203,22
Uberaba (MG)	0,713	0,773	279,32	400,40
Patos de Minas (MG)	0,677	0,728	225,42	306,03
Araguari (MG)	0,677	0,737	224,80	321,88
Ituiutaba (MG)	0,686	0,728	237,54	305,85
Araxá (MG)	0,676	0,745	224,20	337,69
Patrocínio (MG)	0,643	0,716	184,22	284,13
Frutal (MG)	0,683	0,725	233,27	300,69

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

4.2. Indicadores de Demografia, População e Vulnerabilidade

Luiz Bertolucci Júnior¹³

Nesta seção, localiza-se espacialmente os treze municípios selecionados, bem como destaca-se algumas características dos municípios mineiros com maior dinamismo econômico e populacional (Figura 1), utilizando-se dos indicadores construídos a partir das informações da população residente.

Distante 463,8 km da Capital estadual, o município de Uberlândia atua como pólo de influência sócio-econômica nos municípios vizinhos de Araguari, Uberaba, bem como naqueles mais próximos: Ituiutaba, Frutal, Araxá, Patrocínio e Patos de Minas, municípios que centralizam o desenvolvimento da região conhecida por Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, localizada a oeste de Minas Gerais, e com forte interação com os estados de Goiás e São Paulo (Figura 1).

Uberlândia, como referência dos municípios selecionados, é o **segundo de maior área, com 4.115,9 Km², e por isso, apresenta baixa densidade demográfica: em 2000, 121,5 habitantes por Km²**, bem inferior à densidade demográfica da capital Belo Horizonte, que com 331,9 Km² conta com 6.718 hab/Km² (Tabela 1).

Com o terceiro maior contingente populacional, **Uberlândia, no ano 2000, contava com 501 mil habitantes**, sendo superado em número de habitantes pelos municípios de Belo Horizonte (2.238.526 habitantes) e Contagem (538.017 habitantes), ambos localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Projeções recentes realizadas pelo CEPES/IEUFU indicam que a população uberlandense, em 2005, esteja próxima aos 600 mil habitantes, devendo-se aproximar de um milhão por volta do ano 2020, se mantidas as taxas de crescimento experimentadas ao longo da década de 90 (Tabela 2).

Vale destacar que **apenas 12,2 mil habitantes residem no meio rural uberlandense, favorecendo a um alto grau de urbanização municipal**, o que eleva os custos com infraestrutura urbana no atendimento a população residente. De maneira geral, todos os municípios

¹³ Mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador do CEPES.

selecionados apresentam baixo grau de ruralização, resultado da intensa migração que ocorreu a partir dos anos 70 no sentido rural-urbano (Tabela 2).

Se considerada as populações por faixa etária, observa-se que, para todos os grupos etários selecionados, a população uberlandense cresce entre 1991 e 2000. No entanto, ocorre concentração populacional nos grupos de idades mais avançadas, ou seja, **em 2000, mais de 50% dos residentes tinham idades acima de 25 anos**, o que sugere certa pressão sobre o mercado de trabalho por ensino de segundo grau e universitário, além de cursos de qualificação que possibilitem capacitar jovens/adultos (Tabela 3).

Observa-se que, em termos absolutos, **no município de Uberlândia os grupos etários jovens e adultos crescem mais que os grupos de população infantil**. Certamente, estes resultados confirmam a condição de receptora líquida de população do município de Uberlândia, visto que não só os grupos com idades menores que 10 anos cresceram, mas também aqueles com idades mais altas, o que sugere um saldo positivo de migrantes que buscam a cidade por melhor condição de vida.

Outros municípios, como Ituiutaba e Frutal, mostram diminuição ou pequeno crescimento populacional nos grupos etários de referência. Este resultado reflete, por um lado, a queda na fecundidade que reduz o número de filhos por mulher em idade reprodutiva, fenômeno experimentado no Brasil desde a década de 80, bem como a perda de população que emigra, prioritariamente, em direção a centros urbanos mais dinâmicos (Tabela 3).

As mulheres com idades acima de 15 anos representam outro importante grupo populacional, em 2000, no município de Uberlândia. Totalizando 191.472 mulheres, certamente a maior parte em idade reprodutiva, poder-se-ia esperar pela possibilidade de crescimento da natalidade, não fosse a conhecida **queda na taxa de fecundidade que, para Uberlândia, caiu de 2,3 filhos por mulher em idade reprodutiva, para 1,89 filhos no ano de 2000**. Ou seja, em média, os casais estão tendo menos que dois filhos, e, se pelo menos um não for menina, pode-se esperar, conforme já indicam estudos populacionais a respeito, que a taxa de crescimento demográfico tende a diminuir ainda mais. Todos os municípios selecionados conviveram com o mesmo comportamento de queda nas taxas de fecundidade, apresentando taxas inferiores às obtidas para Minas Gerais (2,23 filhos/mulher em idade

reprodutiva) e Brasil (2,37), com exceção de Patrocínio que apresentou taxa de fecundidade total de 2,66, superior às taxas médias do estado e Brasil (Tabela 4).

O percentual de mulheres de 15 a 17 anos com filhos cresce entre os anos 1991 e 2000, saindo de 5,92% para 7,02%, o que nos obriga a pensar estratégias que esclareçam e previnam a gravidez precoce na adolescência, principalmente com as jovens de baixa renda e pouca escolaridade, o que as torna vulneráveis a situação de uma gravidez indesejada, acentuando a situação de pobreza em que estão sujeitas.

Patrocínio e Frutal apresentam elevado percentual de jovens mulheres, com idades entre 15 a 17 anos com filhos, no ano de 2000, se comparados os resultados obtidos em 1991, 12,21% e 11,07%, respectivamente. Patos de Minas, dos municípios selecionados, foi o que apresentou menor percentual, 3,68%.

Ainda que pouco expressivo, **0,28% de meninas com idades entre 10 e 14 anos com filhos, em Uberlândia, desenha um quadro preocupante**, que certamente se agravará por conta de complicações sociais e econômicas, mas principalmente, por falta de políticas públicas de apoio à família e ao jovem, seja em termos educacionais, informativos e de saúde pública, além de política de renda que faculte a diminuição da pobreza nas famílias com maior número de filhos nas primeiras idades (Tabela 4).

Indicadores de Longevidade e Mortalidade mostram Uberlândia com resultados melhores que a média para o estado e Brasil. **No ano 2000, a esperança de vida ao nascer, em Uberlândia, foi calculada em 73,11 anos, ou seja, em média as pessoas viveriam mais de 70 anos a partir do nascimento.** Dos municípios selecionados, Frutal foi o que apresentou maior esperança de vida, no ano 2000, de 74,8 anos. Somente Araxá, Belo Horizonte e Contagem apresentaram resultados menores que a média para o estado (70,54 anos) e Brasil (68,61 anos) – Tabela 5.

A mortalidade infantil em Uberlândia, para até um ano de idade, apresentou um indicador de 20 crianças que morrem por 1000 nascidas vivas. Situação favorável se comparada com a média do estado (27,7 / 1000) e Brasil (30,5 / 1000), e desfavorável se considerados os resultados obtidos para o município de Ituiutaba, em 2000: 13,4 crianças que morrem por 1000 nascidas vivas.

Considerando os padrões de mortalidade ao nascimento, **os uberlandenses, no ano 2000, teriam 85% de probabilidades de sobrevivência até os 60 anos**, abaixo dos resultados apresentados para Ituiutaba (89,4%) e superiores à probabilidade de sobrevivência em Araxá, 79,8% (Tabela 5).

O município de Contagem, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte é o que apresenta maior nível de mortalidade, se considerados os padrões de mortalidade específicos à época do nascimento, apresentando no ano 2000, menor probabilidade de sobrevivência até 60 anos, 79,78%, menor que a média do estado que ficou em 80,5%.

Do total da população residente em 2000 (501 mil habitantes), **463 mil moravam em domicílios particulares**, ou seja, não estavam residindo em domicílios coletivos (hotéis, pensões, quartéis, prisões, etc) e contavam com informações sobre renda familiar. Este resultado sugere que a maior parte da população residente possui algum poder de consumo e, se observado o nível de renda, poderá indicar a vulnerabilidade ou o potencial econômico desta população (Tabela 6).

A mudança na estrutura etária da população uberlandense, com crescente participação do número de pessoas com idades mais avançadas, sugere que a vulnerabilidade familiar pode ampliar nos próximos anos. O número de idosos morando sozinhos, por exemplo, como um dos importantes indicadores de vulnerabilidade familiar, cresceu ao longo da década de 90. **Em 1991, Uberlândia contava com 9,8% de pessoas idosas morando sozinhas e, no ano 2000, 14,16% das pessoas com 65 anos e mais estavam morando sozinhas** (Tabela 7).

A razão de dependência (RD), considerando que ela expressa o percentual de crianças e idosos (menores de 15 anos e maiores de 65 anos) em relação ao total de pessoas em idade para o trabalho, mostrou melhorias para o município Uberlandense, em termos gerais, quanto para aquelas famílias com RD maior que 75% (famílias que apenas 25% de seus componentes estavam em idade para o trabalho). **No ano 2000, 35,7% de pessoas estavam em famílias com RD acima de 75%, contra 43% observados em 1991, ou seja, a mudança na estrutura etária influenciou na diminuição da vulnerabilidade familiar por conta da dependência de crianças e idosos daqueles adultos em idade para o trabalho.** Este indicador espelha a realidade uberlandense de maior população entre as idades 15 e 50 anos que, se consideradas faixas etárias produtivas, pressionarão o mercado de trabalho por mais empregos e o sistema

educacional por escolaridade (aumento de anos de estudo, buscando-se a formação em nível superior) e qualificação.

A vulnerabilidade de famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos pode significar pressões sócio-econômicas que levem esta família em direção à pobreza, e em Uberlândia, no ano 2000, **4,85% das mulheres chefes de família estavam nesta situação**. Serviços públicos de educação infantil como a pré-escola e creches, bem como uma rede de saúde e assistência à criança, além de políticas de apoio no aumento da renda familiar podem minimizar os impactos da solidão feminina na chefia familiar.

O percentual de pobres na população uberlandense diminuiu entre 1991 e 2000. Indivíduos com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$ 75,50 representavam 14,13% em 1991, com ligeira melhoria **em 2000, passando a representar 12,7%**, contingente populacional bastante expressivo e que deve contar com ações pública e privada que promovam maior distribuição de renda, seja pela via do emprego e por melhor remuneração, sejam por políticas de apoio às famílias pobres.

A participação relativa do número de crianças pobres e indigentes no total da população infantil uberlandense é preocupante. Em 2000, 19,79% e 6,19%, respectivamente. Crianças pobres, sem o apoio de uma rede pública de serviços, significa expor importante parcela da população à fome, doenças, falta de escolas e criminalidade, aumentando consideravelmente a vulnerabilidade das famílias. Este resultado pode ser observado no elevado percentual de crianças menores de 6 anos fora da escola (Tabela 7). Vale destacar, nesta tabela, que **16,12% dos adolescentes uberlandenses (15 a 17 anos) estavam fora da escola no ano 2000**, e possivelmente, fora do mercado de trabalho, grande parte deles membros de famílias pobres, sugerindo que políticas de inclusão escolar e para o trabalho, voltadas à juventude devem ser implementadas urgentemente.

Finalizando esta seção, vale destacar que alguns indicadores do potencial de atendimento qualificado de serviços prioritários, voltados à saúde e educação, apresentaram ligeira melhora em 2000, conforme pode ser observado na Tabela 8.

A participação relativa de enfermeiros com curso superior, mais qualificados para o atendimento ao paciente e apoio ao médico, subiu de 5,62% em 1991, para 8,34% no total de profissionais de enfermagem. O número de médicos por 1000 habitantes se aproximou de 2,

acima da média brasileira (1,16) e para o Estado de Minas Gerais (1,17), porém inferior aos resultados observados para Belo Horizonte (3,99), Juiz de Fora (2,48) e Uberaba (2,48).

O percentual de professores do ensino fundamental com formação superior aproximou-se de 50%, o que sugere melhorias no ensino, mas aponta para a necessidade de estímulo e apoio para que mais professores possam se qualificar, principalmente, pela realização de cursos superiores, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

As informações populacionais apresentadas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil retratam uma Uberlândia com vários indicadores melhores se comparados à média brasileira e do Estado de Minas Gerais, bem como, indicadores favoráveis que muitos dos principais municípios mineiros e daqueles componentes da conhecida e próspera região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. No entanto, destacam também que o crescimento econômico via maior geração de renda local, aumento dos postos de trabalho, expansão dos serviços públicos deve ser meta permanente dos gestores privados e públicos. No entanto, o desenvolvimento social deve ser ação urgente para a diminuição das disparidades sócio-econômicas que colocam pessoas, sejam crianças, jovens ou idosos, em situação de risco, expostas que estão à pobreza e à ausência de possibilidades educacionais.

Tabela 1 – Caracterização dos municípios em estudo

Localidade	Altitude da sede (m)	Distância à capital (km)	Longitude	Latitude	Ano de instalação	Área (km ²)	Densidade Demográfica, 2000	Microrregião	Mesorregião	Nome da Região Geográfica
Brasil	1171	0	-47,930	-15,780	---	8.514.204,9	19,92	---	---	
Minas Gerais	858	0	-43,956	-19,817	---	586.552,4	30,46	---	---	Sudeste
Belo Horizonte (MG)	858	0	-43,956	-19,817	1893	331,9	6718,00	Belo Horizonte	Metropolitana de Belo Horizonte	Sudeste
Contagem (MG)	902	16,38	-44,054	-19,932	1948	195,2	2748,00	Belo Horizonte	Metropolitana de Belo Horizonte	Sudeste
Uberlândia (MG)	863	463,82	-48,277	-18,919	1888	4.115,9	121,50	Uberlândia	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Sudeste
Juiz de Fora (MG)	695	225,32	-43,350	-21,764	1850	1.442,9	309,90	Juiz de Fora	Zona da Mata	Sudeste
Montes Claros (MG)	648	342,62	-43,862	-16,735	1831	3.594,1	85,20	Montes Claros	Norte de Minas	Sudeste
Betim (MG)	860	30,35	-44,198	-19,968	1938	346,8	875,40	Belo Horizonte	Metropolitana de Belo Horizonte	Sudeste
Uberaba (MG)	801	415,80	-47,932	-19,748	1836	4.529,7	55,40	Uberaba	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Sudeste
Patos de Minas (MG)	832	302,00	-46,518	-18,579	1866	3.198,9	38,70	Patos de Minas	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Sudeste
Araguari (MG)	921	462,47	-48,187	-18,649	1882	2.741,0	37,00	Uberlândia	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Sudeste
Ituiutaba (MG)	544	585,03	-49,465	-18,969	1901	2.595,2	34,20	Ituiutaba	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Sudeste
Araxá (MG)	997	313,26	-46,941	-19,593	1831	1.166,5	67,60	Araxá	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Sudeste
Patrocínio (MG)	965	332,79	-46,993	-18,944	1840	2.875,2	25,40	Patrocínio	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Sudeste
Frutal (MG)	516	521,28	-48,941	-20,025	1885	2.436,6	19,10	Frutal	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Sudeste

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 2 – População total, urbana e rural de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	População Total		População Urbana		População Rural	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	146.825.475	169.799.170	110.990.990	137.953.959	35.834.485	31.845.211
Minas Gerais	15.743.152	17.891.494	11.786.893	14.671.828	3.956.259	3.219.666
Belo Horizonte (MG)	2.020.161	2.238.526	2.013.257	2.238.526	6.904	-
Contagem (MG)	449.588	538.017	419.975	533.330	29.613	4.687
Uberlândia (MG)	367.061	501.214	358.165	488.982	8.896	12.232
Juiz de Fora (MG)	387.523	456.796	381.530	453.002	5.993	3.794
Montes Claros (MG)	250.062	306.947	227.759	289.183	22.303	17.764
Betim (MG)	170.934	306.675	162.143	298.258	8.791	8.417
Uberaba (MG)	208.585	252.051	200.705	244.171	7.880	7.880
Patos de Minas (MG)	102.946	123.881	87.403	111.333	15.543	12.548
Araguari (MG)	91.283	101.974	82.103	92.748	9.180	9.226
Ituiutaba (MG)	84.577	89.091	78.205	83.853	6.372	5.238
Araxá (MG)	69.911	78.997	67.972	77.743	1.939	1.254
Patrocínio (MG)	60.753	73.130	47.230	63.000	13.523	10.130
Frutal (MG)	41.424	46.566	33.232	39.012	8.192	7.554

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 3 – População por faixas etárias de referência de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000 (continua...)

Localidade	até 1 ano		1 a 3 anos		4 anos		5 anos		6 anos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	3.200.814	3.213.310	9.921.322	9.806.906	3.398.978	3.355.512	3.449.251	3.445.580	3.406.487	3.320.105
Minas Gerais	332.411	314.348	1.027.410	964.539	349.590	335.826	350.502	344.754	346.474	333.511
Belo Horizonte (MG)	36.626	35.498	114.933	107.100	39.409	35.748	38.708	36.226	38.118	35.448
Contagem (MG)	9.677	9.635	29.838	29.475	9.918	9.691	9.868	10.070	9.618	9.817
Uberlândia (MG)	7.449	7.855	22.400	24.803	7.646	8.596	7.593	8.863	7.259	8.585
Juiz de Fora (MG)	7.314	6.679	21.721	21.048	7.028	7.300	6.980	7.349	6.872	7.320
Montes Claros (MG)	5.875	5.858	17.851	17.540	6.102	5.946	5.959	6.061	5.885	5.898
Betim (MG)	4.170	6.396	12.871	19.771	4.347	6.635	4.274	6.846	4.274	6.572
Uberaba (MG)	3.609	3.641	11.353	11.409	3.905	4.012	3.891	4.173	3.844	3.963
Patos de Minas (MG)	2.049	1.965	6.167	6.016	2.069	2.156	2.113	2.262	2.097	2.193
Araguari (MG)	1.741	1.562	5.477	4.845	1.866	1.682	1.817	1.706	1.746	1.599
Ituiutaba (MG)	1.554	1.254	4.689	4.008	1.605	1.508	1.531	1.475	1.475	1.490
Araxá (MG)	1.262	1.238	4.154	3.608	1.488	1.363	1.437	1.445	1.517	1.334
Patrocínio (MG)	1.301	1.429	4.169	4.162	1.371	1.473	1.347	1.504	1.321	1.390
Frutal (MG)	823	677	2.453	2.090	844	809	841	809	850	776

(continua...)

Localidade	7 a 9 anos		10 a 14 anos		15 a 17 anos		18 a 22 anos		23 a 24 anos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	10.564.421	9.776.642	17.047.159	17.348.067	9.229.657	10.702.499	14.075.677	17.280.939	5.277.016	6.097.892
Minas Gerais	1.107.298	1.001.096	1.821.857	1.781.439	980.554	1.104.105	1.508.745	1.816.050	570.657	632.993
Belo Horizonte (MG)	125.374	103.453	211.215	190.048	114.094	125.257	201.299	241.274	80.263	87.333
Contagem (MG)	31.126	28.268	51.069	50.071	26.546	31.893	46.492	59.755	18.770	21.350
Uberlândia (MG)	23.465	26.131	38.524	46.102	21.632	28.710	36.641	52.586	14.614	20.113
Juiz de Fora (MG)	22.088	22.359	37.250	39.179	19.623	24.317	34.928	44.243	14.315	15.520
Montes Claros (MG)	19.076	17.978	31.671	32.785	17.531	20.998	25.935	35.939	9.291	11.958
Betim (MG)	13.812	18.866	22.088	32.139	10.573	19.641	16.167	33.187	6.174	12.089
Uberaba (MG)	12.770	12.383	21.862	22.403	11.651	14.262	19.276	25.514	7.496	8.872
Patos de Minas (MG)	6.686	6.798	10.971	11.533	6.554	7.264	10.788	12.000	4.152	4.270
Araguari (MG)	5.594	5.240	9.671	9.556	5.546	5.673	8.996	9.922	3.624	3.657
Ituiutaba (MG)	4.812	4.392	8.885	7.836	5.222	4.603	8.440	8.026	3.222	3.042
Araxá (MG)	4.707	4.137	7.555	7.459	4.031	4.762	6.413	7.643	2.544	2.670
Patrocínio (MG)	4.017	4.175	6.775	7.385	3.838	4.361	6.258	7.268	2.526	2.591
Frutal (MG)	2.508	2.458	4.272	4.342	2.443	2.625	3.823	4.374	1.541	1.610

(continua...)

Localidade	15 anos ou mais		25 anos ou mais		Mulheres de 10 a 14 anos		Mulheres de 15 a 17 anos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	95.837.043	119.533.048	67.254.693	85.451.718	8.461.651	8.570.428	4.646.430	5.323.517
Minas Gerais	10.407.610	12.815.981	7.347.654	9.262.833	899.989	877.441	490.056	545.680
Belo Horizonte (MG)	1.415.778	1.695.005	1.020.122	1.241.141	105.782	94.588	59.438	63.391
Contagem (MG)	298.474	390.990	206.666	277.992	25.404	24.949	13.346	16.033
Uberlândia (MG)	252.725	370.279	179.838	268.870	19.223	22.732	10.982	14.225
Juiz de Fora (MG)	278.272	345.562	209.407	261.482	18.276	19.348	10.049	12.261
Montes Claros (MG)	157.643	214.881	104.886	145.986	16.023	16.380	9.091	10.783
Betim (MG)	105.098	209.450	72.184	144.533	10.747	15.947	5.372	10.045
Uberaba (MG)	147.352	190.067	108.929	141.419	10.890	11.001	5.882	7.048
Patos de Minas (MG)	70.794	90.958	49.300	67.424	5.368	5.727	3.317	3.588
Araguari (MG)	63.371	75.784	45.205	56.532	4.732	4.657	2.743	2.747
Ituiutaba (MG)	60.026	67.128	43.142	51.457	4.395	3.861	2.672	2.282
Araxá (MG)	47.791	58.413	34.803	43.338	3.700	3.706	2.000	2.352
Patrocínio (MG)	40.452	51.612	27.830	37.392	3.363	3.660	1.930	2.154
Frutal (MG)	28.833	34.605	21.026	25.996	2.084	2.180	1.188	1.304

Localidade	Mulheres de 15 anos ou mais		Mulheres de 25 anos ou mais	
	1991	2000	1991	2000
Brasil	49.153.347	61.463.951	34.743.922	44.449.969
Minas Gerais	5.310.724	6.542.010	3.779.809	4.784.199
Belo Horizonte (MG)	763.817	912.123	557.643	678.902
Contagem (MG)	152.993	201.842	106.613	145.133
Uberlândia (MG)	130.458	191.472	93.524	140.459
Juiz de Fora (MG)	148.472	184.588	113.041	142.121
Montes Claros (MG)	82.802	112.844	55.149	77.212
Betim (MG)	53.175	106.100	36.608	73.666
Uberaba (MG)	77.500	99.467	57.975	75.256
Patos de Minas (MG)	36.336	46.613	25.417	34.872
Araguari (MG)	32.397	38.482	23.386	29.217
Ituiutaba (MG)	30.972	34.670	22.300	26.821
Araxá (MG)	24.470	30.066	17.946	22.609
Patrocínio (MG)	20.250	25.781	13.998	18.728
Frutal (MG)	14.251	17.342	10.402	13.128

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 4 – Indicadores de fecundidade de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	Taxa de fecundidade total		% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos		% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	2,88	2,37	...	0,43	5,82	8,45
Minas Gerais	2,69	2,23	...	0,28	4,07	6,12
Belo Horizonte (MG)	1,95	1,65	...	0,27	3,09	5,61
Contagem (MG)	2,39	2,00	...	0,26	3,97	4,44
Uberlândia (MG)	2,30	1,89	...	0,28	5,92	7,02
Juiz de Fora (MG)	2,02	1,68	...	0,08	3,22	5,71
Montes Claros (MG)	2,84	2,06	...	0,33	3,92	5,51
Betim (MG)	3,01	2,50	...	0,11	4,00	7,84
Uberaba (MG)	2,03	1,77	...	0,20	5,87	6,45
Patos de Minas (MG)	2,45	2,11	...	0,00	2,09	3,68
Araguari (MG)	2,29	2,04	...	0,32	5,12	7,43
Ituiutaba (MG)	2,11	1,68	...	0,00	7,86	7,98
Araxá (MG)	2,46	2,05	...	0,00	7,78	4,91
Patrocínio (MG)	2,89	2,66	...	0,37	3,70	12,21
Frutal (MG)	2,52	2,15	...	0,98	6,29	11,07

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 5 – Indicadores de longevidade e mortalidade de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	Esperança de vida ao nascer		Mortalidade até um ano de idade		Mortalidade até cinco anos de idade		Probabilidade de sobrevivência até 40 anos		Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	64,73	68,61	44,683	30,572	59,476	39,316	86,903	90,432	70,925	77,625
Minas Gerais	66,355	70,547	35,393	27,754	55,493	30,369	87,856	92,405	73,123	80,502
Belo Horizonte (MG)	68,64	70,52	30,03	27,25	47,58	29,83	89,43	92,5	75,87	80,5
Contagem (MG)	66,26	70,07	34,5	28,47	54,51	31,16	88	92,18	73,15	79,78
Uberlândia (MG)	70,45	73,11	23,13	20,01	36,79	21,92	91,71	94,42	80,44	84,99
Juiz de Fora (MG)	68	72,03	29,5	22,86	46,76	25,04	89,6	93,66	76,2	83,17
Montes Claros (MG)	69,43	72,25	25,68	22,27	40,79	24,39	90,86	93,81	78,7	83,55
Betim (MG)	65,47	71,76	36,91	23,6	58,23	25,85	87,24	93,46	71,75	82,71
Uberaba (MG)	68,97	73,93	26,87	17,98	42,66	19,7	90,46	94,97	77,9	86,33
Patos de Minas (MG)	67,68	73,94	30,38	17,96	48,12	19,68	89,32	94,97	75,65	86,35
Araguari (MG)	70,96	73,92	21,9	17,99	34,86	19,71	92,13	94,96	81,3	86,32
Ituiutaba (MG)	70,3	75,9	23,5	13,44	37,38	14,73	91,59	96,21	80,18	89,46
Araxá (MG)	67,41	70,08	31,13	28,42	49,29	31,11	89,08	92,19	75,19	79,81
Patrocínio (MG)	68,67	74,37	27,69	16,92	43,93	18,55	90,2	95,25	77,37	87,04
Frutal (MG)	70,21	74,8	23,72	15,91	37,72	17,44	91,51	95,53	80,03	87,73

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 6 – Populações específicas utilizadas para cálculo dos indicadores de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	Pessoas em domicílios particulares exceto domésticas pensionistas e com renda missing		Total exceto domicílios coletivos		Total exceto domicílios coletivos e com renda nula	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	140.907.322	153.992.036	139.376.702	146.815.253
Minas Gerais	15.224.039	16.357.175	15.137.476	15.814.142
Belo Horizonte (MG)	1.971.369	2.211.168	1.925.154	2.040.530	1.916.867	1.999.409
Contagem (MG)	444.391	534.803	436.423	500.153	435.286	485.699
Uberlândia (MG)	363.137	498.367	358.883	472.211	358.106	463.630
Juiz de Fora (MG)	380.384	452.712	371.922	421.729	369.593	415.432
Montes Claros (MG)	244.818	303.745	242.951	282.871	242.282	274.174
Betim (MG)	169.491	305.330	167.217	286.279	165.807	272.109
Uberaba (MG)	205.967	250.517	202.714	232.849	201.525	229.798
Patos de Minas (MG)	101.618	123.487	101.257	117.140	101.026	115.329
Araguari (MG)	90.320	101.466	89.958	95.686	89.766	94.020
Ituiutaba (MG)	84.130	88.673	83.490	82.115	83.184	80.191
Araxá (MG)	69.251	78.701	67.508	71.942	67.077	70.526
Patrocínio (MG)	59.843	72.930	59.397	67.005	59.315	65.375
Frutal (MG)	40.980	46.247	40.675	43.564	40.564	42.659

Localidade	Mulheres de 10 a 14 anos		Mulheres de 15 a 17 anos		Mulheres de 15 anos ou mais	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	8.461.651	8.570.428	4.646.430	5.323.517	49.153.347	61.463.951
Minas Gerais	899.989	877.441	490.056	545.680	5.310.724	6.542.010
Belo Horizonte (MG)	105.782	94.588	59.438	63.391	763.817	912.123
Contagem (MG)	25.404	24.949	13.346	16.033	152.993	201.842
Uberlândia (MG)	19.223	22.732	10.982	14.225	130.458	191.472
Juiz de Fora (MG)	18.276	19.348	10.049	12.261	148.472	184.588
Montes Claros (MG)	16.023	16.380	9.091	10.783	82.802	112.844
Betim (MG)	10.747	15.947	5.372	10.045	53.175	106.100
Uberaba (MG)	10.890	11.001	5.882	7.048	77.500	99.467
Patos de Minas (MG)	5.368	5.727	3.317	3.588	36.336	46.613
Araguari (MG)	4.732	4.657	2.743	2.747	32.397	38.482
Ituiutaba (MG)	4.395	3.861	2.672	2.282	30.972	34.670
Araxá (MG)	3.700	3.706	2.000	2.352	24.470	30.066
Patrocínio (MG)	3.363	3.660	1.930	2.154	20.250	25.781
Frutal (MG)	2.084	2.180	1.188	1.304	14.251	17.342

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 7 – Indicadores de vulnerabilidade familiar de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000 (continua...)

Localidade	% de pessoas de 65 anos ou mais morando sozinhas		% de pessoas em famílias com razão de dependência maior que 75%		% de mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos		% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos		% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos		% de crianças de 10 a 14 anos que trabalham	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	10,35	13,46	48,72	41,07	8,01	5,83	...	0,43	5,82	8,45	8,48	6,00
Minas Gerais	11,27	14,18	47,08	39,19	7,89	5,86	...	0,28	4,07	6,12	9,54	6,54
Belo Horizonte (MG)	10,25	12,99	39,30	32,31	9,15	6,14	...	0,27	3,09	5,61	4,32	2,56
Contagem (MG)	8,48	11,35	43,17	34,20	8,16	5,94	...	0,26	3,97	4,44	4,67	2,42
Uberlândia (MG)	9,80	14,16	43,33	35,71	7,08	4,85	...	0,28	5,92	7,02	9,47	4,09
Juiz de Fora (MG)	9,18	14,49	37,25	32,82	7,92	5,40	...	0,08	3,22	5,71	6,38	2,12
Montes Claros (MG)	12,45	11,41	48,78	39,21	10,71	6,20	...	0,33	3,92	5,51	7,39	4,95
Betim (MG)	13,81	15,43	50,72	39,81	7,96	6,44	...	0,11	4,00	7,84	4,03	2,82
Uberaba (MG)	12,85	14,30	40,69	34,11	7,96	4,62	...	0,20	5,87	6,45	9,66	3,92
Patos de Minas (MG)	14,51	14,91	39,91	35,74	7,17	4,85	...	0,00	2,09	3,68	13,64	5,74
Araguari (MG)	15,53	16,86	41,59	36,54	7,44	4,75	...	0,32	5,12	7,43	14,45	7,73
Ituiutaba (MG)	12,21	15,12	41,69	36,99	7,37	4,10	...	0,00	7,86	7,98	14,24	7,69
Araxá (MG)	10,54	13,65	42,85	34,52	7,12	5,32	...	0,00	7,78	4,91	10,75	5,03
Patrocínio (MG)	11,50	15,31	45,72	39,22	6,63	4,38	...	0,37	3,70	12,21	15,11	5,71
Frutal (MG)	14,59	16,79	44,43	35,65	6,06	4,09	...	0,98	6,29	11,07	19,32	9,42

Tabela 7 – Indicadores de vulnerabilidade familiar de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000 (continua...)

Localidade	% de pobres		% de crianças indigentes		% de crianças pobres		% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola		% de crianças de 5 a 6 anos fora da escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	40,08	32,75	28,96	25,18	51,30	45,99	...	48,72	62,83	28,55
Minas Gerais	43,27	29,77	29,16	20,49	55,33	43,36	...	53,63	62,94	28,10
Belo Horizonte (MG)	18,89	14,17	10,52	8,82	28,77	24,04	...	36,39	51,17	19,67
Contagem (MG)	24,18	18,75	10,71	11,25	33,29	28,48	...	47,82	61,90	26,16
Uberlândia (MG)	14,13	12,77	4,82	6,19	19,90	19,79	...	41,11	51,27	19,68
Juiz de Fora (MG)	21,09	14,12	11,44	8,15	32,28	24,15	...	28,97	41,05	11,31
Montes Claros (MG)	48,16	34,53	30,27	22,10	58,32	47,73	...	40,18	61,36	20,65
Betim (MG)	39,10	29,31	18,90	17,01	47,95	39,85	...	54,19	72,08	34,96
Uberaba (MG)	19,20	12,06	7,35	6,11	27,61	19,77	...	51,47	52,18	27,49
Patos de Minas (MG)	32,54	16,58	15,42	7,38	42,06	25,17	...	59,39	61,81	25,33
Araguari (MG)	24,79	16,05	10,08	8,07	35,68	25,34	...	52,25	57,50	25,59
Ituiutaba (MG)	26,13	21,77	12,29	9,99	35,86	32,11	...	53,88	59,77	26,13
Araxá (MG)	26,76	15,71	11,37	6,77	36,78	24,09	...	30,25	43,67	12,02
Patrocínio (MG)	37,92	23,88	20,28	13,35	49,95	35,96	...	43,85	69,81	15,11
Frutal (MG)	27,24	19,03	12,52	9,43	38,19	29,98	...	74,17	68,97	31,22

Tabela 7 – Indicadores de vulnerabilidade familiar de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000 (continuação)

Localidade	% de crianças de 7 a 14 anos fora da escola		% de crianças de 10 a 14 anos fora da escola		% de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	20,58	5,48	19,76	5,35	44,89	22,29
Minas Gerais	17,22	4,11	18,66	4,77	51,99	23,96
Belo Horizonte (MG)	7,86	2,19	7,61	2,22	32,04	13,22
Contagem (MG)	10,08	3,01	9,88	3,25	38,90	16,34
Uberlândia (MG)	8,69	2,72	9,15	3,06	35,09	16,12
Juiz de Fora (MG)	8,98	2,03	9,27	2,30	37,15	16,15
Montes Claros (MG)	12,69	2,81	13,13	2,95	41,19	15,59
Betim (MG)	11,88	2,78	10,94	2,73	43,82	17,18
Uberaba (MG)	8,69	2,37	10,09	2,54	38,69	14,51
Patos de Minas (MG)	9,54	1,43	12,31	1,61	40,75	17,56
Araguari (MG)	11,30	2,27	11,74	2,54	38,85	21,28
Ituiutaba (MG)	9,20	2,91	10,84	3,11	37,11	19,34
Araxá (MG)	9,87	2,43	12,51	3,36	39,73	18,64
Patrocínio (MG)	14,68	3,75	16,36	4,63	45,01	24,50
Frutal (MG)	22,43	4,90	23,75	5,73	51,44	27,72

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 8 – Indicadores do potencial de atendimento qualificado de serviços prioritários de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	% de enfermeiros com curso superior		Número de médicos por 1000 habitantes		% de professores do fundamental com curso superior	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	9,51	14,36	1,02	1,16	21,11	23,65
Minas Gerais	6,75	11,83	0,94	1,18	20,44	24,84
Belo Horizonte (MG)	12,21	25,72	3,03	3,99	33,69	42,23
Contagem (MG)	2,22	4,27	0,16	0,20	17,96	33,39
Uberlândia (MG)	5,62	8,34	1,76	1,93	45,18	48,59
Juiz de Fora (MG)	9,28	25,71	3,49	2,48	41,79	47,79
Montes Claros (MG)	7,87	19,80	0,95	1,41	23,27	30,02
Betim (MG)	0,00	5,22	0,31	0,22	9,26	23,30
Uberaba (MG)	6,23	9,44	1,49	2,48	47,87	26,32
Patos de Minas (MG)	8,33	14,08	1,16	1,46	25,67	20,06
Araguari (MG)	9,86	11,00	0,77	1,29	49,78	54,96
Ituiutaba (MG)	5,53	8,55	1,27	0,99	25,61	34,70
Araxá (MG)	5,76	0,00	1,29	1,27	15,41	31,74
Patrocínio (MG)	0,00	0,00	0,87	1,27	31,32	17,56
Frutal (MG)	0,01	7,84	0,51	0,77	25,51	22,62

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

4.3. Indicadores de Educação

Ludimila Macedo de Araújo¹⁴

Esta sessão se destinada à análise dos indicadores da Educação, componentes do IDHM, para os municípios mineiros selecionados, comparando-os com os resultados para o Brasil e Minas Gerais.

A análise da Tabela 1 mostra que, tanto para o ano de 1991 quanto para 2000, a taxa de alfabetização¹⁵ nos municípios selecionados do Estado de Minas Gerais apresentam valores superiores aos verificados para o Brasil (79,93% em 1991 e 86,37% em 2000) e para o Estado de Minas Gerais (81,81% em 1991 e 88,03% em 2000). Dentre os municípios selecionados, Belo Horizonte teve a maior taxa de alfabetização em 1991 (92,88%) e em 2000 (95,38%). Montes Claros em 1991 foi a menor taxa de alfabetização (84,55%), e Itutiutaba a menor, em 2000, com 88,66%. Entre os anos de 1991 e 2000 nenhum dos municípios selecionados apresentou variação da taxa de alfabetização igual ou superior à observada para o Brasil, e apenas Betim teve variação superior à de Minas Gerais, passou de 84,87% em 1991 para 91,45% em 2000. **Uberlândia, em relação aos municípios selecionados, no ano de 2000 é a terceira melhor taxa de alfabetização, com 94,55%.**

Quanto à taxa bruta de frequência à escola¹⁶, Belo Horizonte apresentou tanto para 1991 quanto para 2000 os maiores valores dentre os municípios selecionados (74,11% em 1991 e 87,89% em 2000). **Uberlândia, no ano 2000, aparece logo depois com 86,97% da sua população total em idade escolar freqüentando a escola.** Apenas Patrocínio e Frutal tiveram taxa bruta de frequência à escola inferior às verificadas para o Brasil (63,62% em 1991 e 81,89% em 2000) e para Minas Gerais (61,72% em 1991 e 78,92% em 2000).

¹⁴ Formanda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia e auxiliar de pesquisas do CEPES.

¹⁵ A taxa de alfabetização utilizada para o cálculo do IDHM-Educação é o percentual de pessoas com mais de 15 anos de idade, ou seja, adultos alfabetizados. Nessa idade, segundo o calendário do Ministério da Educação, deve-se ter concluído as oito séries do ensino fundamental, portanto, espera-se que o indivíduo seja capaz de ler e escrever um bilhete simples.

¹⁶ Estão também incluídos na conta os alunos de cursos supletivos de primeiro e de segundo graus, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária. Apenas classes especiais de alfabetização não são consideradas para efeito do cálculo.

Considerando faixas etárias da população, a porcentagem de analfabetos funcionais¹⁷ (Tabela 2) está mais concentrada no grupo etário de crianças com idade entre 10 e 14 anos. Em 1991, **o percentual de crianças de 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo do Brasil era de 63,08%** do total das crianças nessa faixa etária. Para Minas Gerais a porcentagem era de 61,26. Dos municípios mineiros selecionados, Betim apresentou em 1991 o pior resultado (61,38%), mas com queda considerável em 2000 (33,37%), o que representa uma variação maior do que a verificada para o Brasil e para Minas Gerais.

Os dados da Tabela 2 mostram melhorias para o município de Uberlândia em relação às taxas de analfabetismo funcional. **Em todos os grupos etários, a porcentagem de analfabetos funcionais na população de Uberlândia caiu entre 1991 e 2000. E ainda apresenta porcentagens menores de analfabetos funcionais do que os observados para Brasil e Minas Gerais.** Considerando os municípios mineiros selecionados, em 1991, Uberlândia tinha o terceiro menor percentual de analfabetos funcionais com idade entre 18 e 24 anos: 9,09%. Resultado melhor foi verificado apenas para Patos de Minas (8,32%) e Belo Horizonte (8,92%). Em 2000, 6,48% da população entre 18 e 24 anos é analfabeto funcional.

Em 1991, todos os demais municípios mineiros selecionados nas demais faixas etárias apresentaram resultados melhores do que os verificados para o Brasil e para Minas Gerais. Em 2000, para população entre 15 e 17 anos apenas Patrocínio, Frutal e Araguari, com 11,72%, 11,01% e 10,92%, respectivamente, obtiveram valores maiores do que Minas Gerais (9,66%). Para a população com idade entre 18 e 24 anos, apenas Patrocínio, com 14,92%, apresentou resultado maior que o estado (12,57%). E na faixa etária de 15 anos ou mais apenas Ituiutaba, com 27,42%, teve resultado maior do que o de Minas Gerais (26,94%).

A análise das taxas de analfabetismo (Tabela 3) mostra percentuais bastante diferentes dos encontrados para o analfabetismo funcional. Constata-se que, para todas as faixas etárias estabelecidas, tanto no ano de 1991 quanto em 2000, os municípios selecionados apresentaram resultados melhores do que os verificados para Brasil e Minas Gerais. Apenas Montes Claros (2,34%), em 2000, teve valor maior do que Minas Gerais (2,22%) para a faixa etária de 10 a 14

¹⁷ Pessoas com menos de quatro anos de escolaridade. Segundo Moreira (2000), “analfabetos funcionais são pessoas ou completamente analfabetas no sentido tradicional ou pessoas - aparentemente - alfabetizadas, mas cujo grau de alfabetização é insuficiente para que exerçam funções básicas nas sociedades modernas”.

anos; e Frutal (2%), também em 2000, apresentou valor superior ao de Minas Gerais (1,848%) para a faixa etária de 15 a 17 anos.

Em 1991 e 2000, as faixas etárias que apresentavam os maiores índices de analfabetismo são as que compreendem as crianças de 7 a 14 anos de idade e os adultos de 25 anos ou mais. Mas deve-se considerar que em 1991 os valores eram bem maiores, se comparados com os valores de 2000. **Patos de Minas e Uberlândia, dentre os municípios mineiros selecionados, são os dois com menor porcentagem de crianças de 7 a 14 anos analfabetas em 1991, 6,85% e 7,2% respectivamente.** Para a faixa etária de 25 anos ou mais, também em 1991, os municípios que tiveram os maiores valores foram Montes Claros, Frutal e Betim, com 20,17%, 18,95% e 18,65%, respectivamente. Enquanto as que tiveram porcentagem menor foram Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberlândia, com 8,58%, 8,67% e 10,49%, respectivamente.

No ano 2000, Uberlândia, em relação aos municípios mineiros selecionados, aparece com a terceira menor taxa de analfabetos na faixa etária abrangida pela população de 15 anos ou mais: 5,45%. Na faixa etária de 25 anos ou mais, Uberlândia, com 6,52%, é a segunda menor porcentagem de analfabetos.

De acordo com os indicadores para percentual de pessoas por nível de ensino (Tabela 4), observa-se que Uberlândia apresenta resultados melhores do que os observados para Minas Gerais e Brasil, para todos os níveis de ensino. A maior taxa verificada foi a taxa bruta de frequência¹⁸ ao ensino fundamental. Uberlândia, em 1991, tinha 114,54% e passou para 120,85% em 2000. Esse indicador maior do que 100% pode significar defasagem nos anos de estudo, já que o número de matrículas no ensino fundamental é maior do que a população que deveria estar freqüentando o ensino fundamental. A maior variação verificada foi em relação ao ensino médio. Uberlândia, em 1991, tinha uma taxa bruta de frequência ao ensino médio de 43,27% e, em 2000, esse valor aumentou em mais de 140%, passando para 104,54%.

Em relação ao atendimento educacional à criança (Tabela 5), **percebe-se que, no município de Uberlândia, para o grupo etário de crianças com idade entre 5 e 6, anos houve uma melhora significativa de frequência à escola.** De 48,73% em 1991, passando em

¹⁸ É a razão entre o número total de pessoas que freqüentam o ensino fundamental, e a população local com idade entre 7 e 14 anos, pois, segundo o calendário do Ministério da Educação, aos 7 anos uma criança deve iniciar o primeiro ciclo do ensino fundamental, e aos 14 anos o último ciclo deste.

2000 para 80,32% do total das crianças nessa idade freqüentando a escola. Para os municípios mineiros selecionados, as faixas etárias que apresentaram maiores taxas de freqüência à escola foram as que abrangem crianças de 7 a 14 anos e de 10 a 14 anos. Em 1991, Uberlândia tinha 91,31% das crianças com idade de 7 a 14 anos freqüentando a escola, representando dentre os municípios selecionados a terceira melhor porcentagem. Em 2000, passa para o sétimo melhor desempenho, embora com taxa bastante elevada, 97,29% das crianças de 7 a 14 anos estavam na escola.

Quanto à freqüência e ao acesso das crianças de 7 a 14 anos ao ensino fundamental, Minas Gerais teve resultados melhores do que os observados para o Brasil em 1991 e em 2000. Para os municípios selecionados do Estado de Minas Gerais, em 1991, **Uberlândia era o município com melhores taxas. Tinha 89,7% das crianças de 7 a 14 anos freqüentando o ensino fundamental e 90,07% das crianças com a mesma faixa de idade com acesso ao ensino fundamental.**

Para os percentuais de crianças que estão com mais de um ano de atraso escolar, todos os municípios selecionados apresentaram taxas inferiores às verificadas para o Brasil e para Minas Gerais, com exceção de Frutal que, em 2000, tinha 19,34% das crianças com idade entre 7 e 14 anos com mais de um ano de atraso escolar, valor superior ao do estado que é de 17,88%. **Uberlândia, em 1991, tinha 29,99% das crianças de 7 a 14 anos com mais de um ano de atraso na escola, passando em 2000 para 12,68%.** Na faixa etária das crianças de **10 a 14 anos que estão com mais de um ano de atraso escolar, Uberlândia, em 1991, tinha 44,49% e, em 2000, 18,08%.**

No que se refere ao nível educacional da população adolescente, entre 15 e 17 anos (Tabela 6), verifica-se considerável melhora dos indicadores para todos os municípios mineiros selecionados. Os resultados verificados para o município de Uberlândia mostram uma situação favorável se comparada com os valores do Brasil e de Minas Gerais. Em 1991, 64,92% da população uberlandense nessa faixa etária estavam na escola, enquanto que apenas 2,18% da população nesta faixa etária eram de analfabetos e 12,72% tinham menos de quatro anos de estudo, ou seja, eram analfabetos funcionais. Em 2000, a porcentagem de indivíduos nessa faixa etária que freqüentam a escola passa para 83,88%, a taxa de analfabetismo cai consideravelmente, passando para apenas 0,77% da população, e os analfabetos funcionais

representam uma porcentagem de 6,55% da população adolescente. Para a população nessa faixa etária e que tem menos de oito anos de estudo os resultados são positivos, pois se, em 1991, Uberlândia tinha 74,95% da população nessa idade com menos de oito anos de estudo, em 2000 esse número diminuiu para 42,37%.

Um dado bastante significativo para todos os municípios mineiros selecionados é o percentual de adolescentes que freqüentam ou têm acesso ao ensino fundamental. Podemos verificar que, para todos os municípios selecionados, o comportamento desse indicador foi de aumento no percentual de 1991 para 2000. Em Uberlândia, em 1991, apenas 19,75% da população com idade entre 15 e 17 anos freqüentavam o ensino médio. Em 2000, esse valor passa para 50,21%, ou seja, mais do que o dobro do número de adolescentes que freqüentavam o ensino médio em 1991.

Com relação ao nível educacional da população entre 18 e 24 anos de idade (Tabela 7), os resultados dos municípios mineiros selecionados tanto para o analfabetismo como para analfabetismo funcional são melhores que os verificados para o Brasil e Minas Gerais, e apresentaram resultados melhores se comparados os anos de 1991 e 2000. **Em 1991, Uberlândia, com relação aos demais municípios mineiros selecionados, tinha o menor percentual de analfabetos nesse grupo etário de referência, com 1,87%. Em 2000, esse percentual caiu para 1,25%, deixando Uberlândia com a quarta menor população analfabeta entre 18 e 24 anos.** Com relação ao analfabetismo funcional, a população uberlandense com menos de quatro anos de estudo também experimentou melhores taxas em 2000, passando de 9,09% em 1991 para 6,48% em 2000.

O percentual da população entre 18 e 24 anos, com menos de oito anos de estudo é bem mais acentuado para todos os municípios selecionados, contudo, apenas Betim apresentou, em 1991, valor superior aos do estado e do Brasil. Em 2000, Frutal e Patrocínio tiveram percentuais maiores, 47,95% e 46,49% respectivamente.

Em 1991, 7,16% da população jovem uberlandense, entre 18 e 24 anos, tinham 12 anos ou mais de estudo passando para 10,82%, em 2000. Apenas Belo Horizonte e Ituiutaba tinham, nesse ano, percentual maior do que Uberlândia, 12,7% e 11,01% respectivamente. **Dentre os municípios selecionados, Uberlândia teve o terceiro maior percentual de jovens**

freqüentando ou com acesso ao curso superior em 2000, ficando atrás apenas de Belo Horizonte e Juiz de Fora.

A análise dos indicadores do nível educacional da população de 25 anos ou mais mostra melhoras em 2000 para todos os municípios mineiros selecionados, conforme a Tabela 8. **Em média, a população uberlandense de 25 anos ou mais, em 1991, tinha 6,1 anos de estudo, passando para 7,13 anos em 2000.** Resultados melhores foram verificados apenas para Belo Horizonte e Juiz de Fora. Com relação aos indivíduos freqüentando o ensino superior, Uberlândia apresentou situação favorável se comparada com a média do Brasil e de Minas Gerais. Entre 1991 e 2000, experimentou crescimento elevado, passando de 1% para 2,54%, respectivamente. Em 2000, sua situação era desfavorável apenas se comparada aos resultados obtidos para Belo Horizonte (2,63%). Quanto aos números para a população com 25 anos ou mais com acesso ao ensino superior, observa-se que o percentual é bem mais elevado. Em 1991, 4,88% da população uberlandense tinham acesso ao ensino superior. Em 2000, esse número chega a 7,15%.

Comparando-se o percentual de indivíduos com 25 anos ou mais com acesso ao curso superior com o percentual de indivíduos com idade entre 18 e 24 anos nota-se que, no segundo caso, os valores são bem maiores. Uberlândia, em 2000, tinha 13,25% da população com idade entre 18 e 24 anos com acesso ao curso superior, enquanto que, no mesmo ano, 7,15% da população com 25 anos ou mais tinha acesso ao curso superior. Isto pode ser explicado pelo fato de que, segundo o calendário do Ministério da Educação, aos 22 anos o indivíduo deve estar concluindo o ensino superior, portanto, aos 25 anos ou mais já tiveram o acesso.

Percebe-se então, que, no geral, os resultados para as cidades mineiras selecionada são bons, se comparados com o estado e Brasil. **Para Uberlândia, com exceção da taxa bruta de freqüência ao fundamental para 1991 e 2000, e a taxa bruta de freqüência ao ensino médio em 2000, que apresentaram valores maiores que 100, todos os demais indicadores são melhores do que os apresentados para o estado e para o Brasil. E ainda revelaram melhoras do ano de 1991 para 2000.** Pode-se deduzir, a partir disso, que estes sejam os resultados de políticas públicas, tanto municipais quanto estaduais e federais, implementadas no município de Uberlândia. Programas como o EJA (Educação de Jovens e Adultos), têm

contribuído para a queda da taxa de analfabetismo da população com idade superior a 15 anos, por exemplo.

Tabela 1 – Indicadores utilizados no IDHM-Educação de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	Taxa de alfabetização		Taxa bruta de frequência à escola		Taxa bruta de frequência ao fundamental		Taxa bruta de frequência ao ensino médio		Taxa bruta de frequência ao superior	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	79,93	86,37	63,63	81,89	99,77	124,61	36,73	77,34	10,12	17,47
Minas Gerais	81,81	88,04	61,72	78,93	98,86	118,87	31,83	83,59	8,65	14,84
Belo Horizonte (MG)	92,88	95,38	74,11	87,89	111,68	123,39	55,72	108,91	21,82	33,91
Contagem (MG)	91,69	94,38	67,34	81,68	108,19	123,30	45,96	108,52	7,99	13,22
Uberlândia (MG)	91,50	94,55	71,31	86,97	114,54	120,85	43,27	104,54	14,50	30,77
Juiz de Fora (MG)	92,45	95,30	72,66	85,48	108,44	120,65	52,05	97,04	22,72	29,67
Montes Claros (MG)	84,55	90,08	68,67	81,50	105,95	120,06	46,68	101,91	9,00	14,92
Betim (MG)	84,87	91,45	67,36	82,74	105,43	129,58	31,74	89,18	4,52	8,16
Uberaba (MG)	90,34	93,73	71,99	86,37	109,89	121,93	43,17	111,63	20,42	22,69
Patos de Minas (MG)	87,93	92,23	65,64	84,43	108,27	121,68	49,72	96,76	6,62	19,66
Araguari (MG)	88,89	93,13	67,93	82,02	110,55	117,58	45,24	92,49	9,33	20,70
Ituiutaba (MG)	84,74	88,66	70,64	85,81	116,49	119,68	44,88	107,44	13,15	24,58
Araxá (MG)	88,95	92,92	69,75	84,59	107,17	118,93	48,50	110,14	10,32	17,61
Patrocínio (MG)	86,94	90,76	62,12	76,06	103,52	114,08	36,25	79,44	7,06	13,79
Frutal (MG)	84,93	90,93	57,32	74,47	94,15	109,96	38,62	76,30	4,32	14,99

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 2 – Analfabetismo funcional por faixa etária da população de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo		% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo		% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo		% 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	63,08	44,41	30,28	16,38	25,01	16,03	37,63	28,20
Minas Gerais	61,26	36,89	25,49	9,67	21,39	12,58	37,25	26,94
Belo Horizonte (MG)	52,08	31,43	12,62	5,35	8,92	5,81	17,82	12,66
Contagem (MG)	55,00	34,99	15,16	5,79	10,74	6,32	22,80	16,16
Uberlândia (MG)	51,53	28,93	12,72	6,55	9,09	6,48	23,74	17,01
Juiz de Fora (MG)	49,57	36,04	10,91	6,21	10,05	5,67	19,13	13,31
Montes Claros (MG)	59,63	35,09	20,89	6,23	15,30	9,16	30,93	21,45
Betim (MG)	61,38	33,37	18,96	5,72	16,62	8,13	33,96	21,34
Uberaba (MG)	50,01	33,47	13,81	5,83	11,24	8,76	24,99	18,72
Patos de Minas (MG)	49,08	27,44	10,97	5,19	8,32	7,00	27,89	20,97
Araguari (MG)	48,09	31,88	15,91	10,92	13,42	8,78	28,45	21,78
Ituiutaba (MG)	51,82	31,27	16,62	7,12	11,70	10,05	32,90	27,42
Araxá (MG)	49,82	28,69	11,68	3,76	10,00	5,30	25,30	18,23
Patrocínio (MG)	56,82	36,56	22,43	11,72	13,59	14,92	33,77	26,15
Frutal (MG)	46,43	33,47	12,86	11,01	13,45	11,84	32,58	26,38

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 3 – Analfabetismo por faixa etária da população de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	% 7 a 14 anos analfabetas		% 10 a 14 anos analfabetas		% 15 a 17 anos analfabetas		% 18 a 24 anos analfabetas		% 15 anos ou mais analfabetas		% 25 anos ou mais analfabetas	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	25,07	12,36	16,08	5,88	11,41	4,01	11,38	5,68	20,07	12,94	22,80	16,04
Minas Gerais	18,63	6,60	9,09	2,23	6,93	1,85	7,14	3,27	18,19	11,47	21,90	14,79
Belo Horizonte (MG)	10,43	4,53	3,83	1,36	2,33	0,94	2,43	1,27	7,12	4,63	8,58	5,56
Contagem (MG)	11,38	4,32	3,77	1,28	2,43	1,12	3,00	1,22	8,31	5,62	10,77	7,03
Uberlândia (MG)	7,20	2,99	2,56	1,13	2,18	0,77	1,87	1,25	8,50	5,45	10,49	6,52
Juiz de Fora (MG)	10,23	3,99	3,50	1,16	2,59	0,66	2,30	1,23	7,55	4,71	8,67	5,43
Montes Claros (MG)	18,47	5,70	7,72	2,34	4,90	1,08	4,36	2,51	15,45	9,93	20,17	12,73
Betim (MG)	15,52	6,58	4,85	1,66	4,56	0,96	4,58	1,59	15,13	8,55	18,65	11,20
Uberaba (MG)	7,39	4,06	2,69	1,60	2,28	1,30	2,52	1,62	9,66	6,27	11,38	7,95
Patos de Minas (MG)	6,85	1,92	2,34	0,51	2,11	0,69	1,94	1,32	12,07	7,77	15,44	9,16
Araguari (MG)	9,30	2,10	3,83	0,42	2,08	1,45	3,07	2,08	11,11	6,87	14,62	8,66
Ituiutaba (MG)	8,60	5,08	4,80	1,70	1,17	1,16	2,78	2,77	15,26	11,34	17,75	13,99
Araxá (MG)	8,82	3,01	3,72	1,03	1,17	0,86	2,82	0,94	11,05	7,08	13,59	7,92
Patrocínio (MG)	12,43	4,53	4,17	1,11	5,38	0,92	4,24	2,94	13,06	9,24	16,60	11,05
Frutal (MG)	12,73	4,70	5,04	2,14	3,78	2,00	4,17	3,21	15,07	9,07	18,95	10,69

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 4 – Percentual de pessoas por nível de ensino de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	Taxa bruta de frequência ao fundamental		Taxa bruta de frequência ao ensino médio		Taxa bruta de frequência ao superior		% 18 a 22 anos que freqüentam curso superior		% 18 a 22 anos com acesso ao curso superior	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	99,77	124,61	36,73	77,34	10,12	17,47	4,36	7,50	4,45	7,58
Minas Gerais	98,86	118,87	31,83	83,59	8,65	14,84	3,58	6,52	3,63	6,57
Belo Horizonte (MG)	111,68	123,39	55,72	108,91	21,82	33,91	9,19	15,15	9,28	15,26
Contagem (MG)	108,19	123,30	45,96	108,52	7,99	13,22	2,49	4,98	2,58	5,00
Uberlândia (MG)	114,54	120,85	43,27	104,54	14,50	30,77	6,81	13,28	6,91	13,30
Juiz de Fora (MG)	108,44	120,65	52,05	97,04	22,72	29,67	9,10	13,43	9,32	13,49
Montes Claros (MG)	105,95	120,06	46,68	101,91	9,00	14,92	3,17	5,89	3,23	5,94
Betim (MG)	105,43	129,58	31,74	89,18	4,52	8,16	1,09	2,97	1,09	3,00
Uberaba (MG)	109,89	121,93	43,17	111,63	20,42	22,69	10,38	11,11	10,56	11,22
Patos de Minas (MG)	108,27	121,68	49,72	96,76	6,62	19,66	3,43	10,15	3,43	10,15
Araguari (MG)	110,55	117,58	45,24	92,49	9,33	20,70	5,08	11,21	5,08	11,30
Ituiutaba (MG)	116,49	119,68	44,88	107,44	13,15	24,58	7,24	12,53	7,24	12,67
Araxá (MG)	107,17	118,93	48,50	110,14	10,32	17,61	4,60	7,05	4,60	7,18
Patrocínio (MG)	103,52	114,08	36,25	79,44	7,06	13,79	3,50	8,76	3,62	8,76
Frutal (MG)	94,15	109,96	38,62	76,30	4,32	14,99	1,28	6,74	1,28	6,74

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 5 – Percentual de pessoas por nível de ensino de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000 (continua...)

Localidade	% 4 a 5 anos na escola		% 5 a 6 anos na escola		% 7 a 14 anos na escola		% 10 a 14 anos na escola		% 7 a 14 anos frequentando o fundamental		% 7 a 14 anos com acesso ao fundamental	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	...	51,28	37,18	71,45	79,42	94,52	80,24	94,65	76,91	89,82	77,32	90,70
Minas Gerais	...	46,37	37,06	71,90	82,78	95,89	81,35	95,23	80,76	91,11	80,92	91,65
Belo Horizonte (MG)	...	63,61	48,83	80,33	92,14	97,81	92,39	97,78	89,59	94,33	89,84	94,67
Contagem (MG)	...	52,18	38,10	73,84	89,93	96,99	90,12	96,75	88,06	94,93	88,23	95,18
Uberlândia (MG)	...	58,89	48,73	80,32	91,31	97,29	90,85	96,95	89,70	94,20	90,07	95,13
Juiz de Fora (MG)	...	71,03	58,95	88,69	91,03	97,97	90,73	97,71	88,71	95,52	89,12	95,99
Montes Claros (MG)	...	59,82	38,65	79,35	87,31	97,19	86,87	97,05	85,26	92,45	85,44	93,00
Betim (MG)	...	45,81	27,92	65,04	88,12	97,22	89,06	97,28	86,33	95,47	86,47	95,59
Uberaba (MG)	...	48,53	47,83	72,51	91,31	97,63	89,91	97,46	89,27	93,43	89,57	94,29
Patos de Minas (MG)	...	40,61	38,19	74,67	90,46	98,57	87,69	98,39	87,84	94,90	88,00	95,29
Araguari (MG)	...	47,75	42,50	74,41	88,70	97,73	88,27	97,46	87,86	93,63	88,23	95,56
Ituiutaba (MG)	...	46,12	40,23	73,87	90,80	97,09	89,16	96,89	89,19	92,26	89,81	92,97
Araxá (MG)	...	69,75	56,33	87,98	90,13	97,57	87,50	96,64	87,94	92,20	88,18	92,91
Patrocínio (MG)	...	56,15	30,19	84,89	85,32	96,25	83,65	95,37	82,81	89,04	83,03	90,00
Frutal (MG)	...	25,83	31,03	68,78	77,57	95,10	76,25	94,27	76,61	85,85	76,96	86,48

Tabela 5 – Percentual de pessoas por nível de ensino de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000 (continuação)

Localidade	% 7 a 14 anos analfabetas		% 10 a 14 anos analfabetas		% 7 a 14 anos com mais de um ano atraso		% 10 a 14 anos com mais de um ano atraso		% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	25,07	12,36	16,08	5,88	40,49	25,30	58,16	36,21	63,08	44,41
Minas Gerais	18,63	6,60	9,09	2,23	38,81	17,88	56,58	25,25	61,26	36,89
Belo Horizonte (MG)	10,43	4,53	3,83	1,36	30,48	11,47	44,51	16,01	52,08	31,43
Contagem (MG)	11,38	4,32	3,77	1,28	32,72	14,13	48,55	20,84	55,00	34,99
Uberlândia (MG)	7,20	2,99	2,56	1,13	29,99	12,68	44,49	18,08	51,53	28,93
Juiz de Fora (MG)	10,23	3,99	3,50	1,16	26,87	14,22	39,31	20,75	49,57	36,04
Montes Claros (MG)	18,47	5,70	7,72	2,34	36,63	14,17	53,25	19,83	59,63	35,09
Betim (MG)	15,52	6,58	4,85	1,66	36,23	12,87	53,39	19,33	61,38	33,37
Uberaba (MG)	7,39	4,06	2,69	1,60	28,98	14,30	43,13	20,54	50,01	33,47
Patos de Minas (MG)	6,85	1,92	2,34	0,51	29,01	8,94	42,28	13,05	49,08	27,44
Araguari (MG)	9,30	2,10	3,83	0,42	30,18	13,33	42,87	19,30	48,09	31,88
Ituiutaba (MG)	8,60	5,08	4,80	1,70	31,82	13,56	46,45	19,44	51,82	31,27
Araxá (MG)	8,82	3,01	3,72	1,03	25,60	10,67	39,96	14,81	49,82	28,69
Patrocínio (MG)	12,43	4,53	4,17	1,11	36,73	14,02	53,20	19,26	56,82	36,56
Frutal (MG)	12,73	4,70	5,04	2,14	25,65	19,34	36,84	25,07	46,43	33,47

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 6 – Nível educacional da população entre 15 e 17 anos de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	% 15 a 17 anos na escola		% 15 a 17 anos analfabetas		% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo		% 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo		% 15 a 17 anos no ensino médio		% 15 a 17 anos com acesso ao ensino médio	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	55,11	77,72	11,41	4,01	30,28	16,38	80,27	60,20	15,73	34,53	16,72	36,02
Minas Gerais	48,01	76,04	6,93	1,85	25,49	9,67	82,96	54,56	13,88	39,27	14,42	40,29
Belo Horizonte (MG)	67,96	86,78	2,33	0,94	12,62	5,35	71,64	43,31	24,88	52,23	25,72	53,54
Contagem (MG)	61,10	83,66	2,43	1,12	15,16	5,79	78,61	48,40	17,44	46,54	18,28	47,06
Uberlândia (MG)	64,92	83,88	2,18	0,77	12,72	6,55	74,95	42,37	19,75	50,21	21,44	52,64
Juiz de Fora (MG)	62,85	83,85	2,59	0,66	10,91	6,21	69,34	44,84	24,74	48,36	26,44	50,06
Montes Claros (MG)	58,81	84,41	4,90	1,08	20,89	6,23	76,53	46,15	21,26	49,61	21,68	50,43
Betim (MG)	56,18	82,82	4,56	0,96	18,96	5,72	82,93	56,64	13,56	38,61	13,56	38,95
Uberaba (MG)	61,31	85,49	2,28	1,30	13,81	5,83	70,90	43,01	21,70	52,09	24,14	53,47
Patos de Minas (MG)	59,25	82,44	2,11	0,69	10,97	5,19	72,43	45,80	23,07	49,85	23,74	51,29
Araguari (MG)	61,15	78,72	2,08	1,45	15,91	10,92	70,31	44,22	25,33	49,48	27,08	51,82
Ituiutaba (MG)	62,89	80,66	1,17	1,16	16,62	7,12	76,71	43,64	18,77	48,61	19,82	50,84
Araxá (MG)	60,27	81,36	1,17	0,86	11,68	3,76	73,45	39,02	20,53	53,72	20,67	54,15
Patrocínio (MG)	54,99	75,50	5,38	0,92	22,43	11,72	78,27	56,15	18,65	38,64	19,06	39,12
Frutal (MG)	48,57	72,29	3,78	2,00	12,86	11,01	73,66	48,84	20,33	42,04	21,75	43,34

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 7 – Nível educacional da população entre 18 e 24 anos de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	% 18 a 24 anos analfabetas		% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo		% 18 a 24 anos com menos de oito anos de estudo		% 18 a 24 anos com doze anos ou mais de estudo		% 18 a 24 anos no curso superior		% 18 a 24 anos com acesso ao curso superior	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	11,38	5,68	25,01	16,03	62,36	46,23	4,83	6,76	4,26	7,21	4,53	7,57
Minas Gerais	7,14	3,27	21,39	12,58	66,26	44,48	3,94	5,69	3,63	6,43	3,82	6,70
Belo Horizonte (MG)	2,43	1,27	8,92	5,81	46,10	28,48	9,52	12,70	9,28	14,95	9,84	15,76
Contagem (MG)	3,00	1,22	10,74	6,32	56,01	33,66	2,34	3,98	2,79	5,05	2,88	5,22
Uberlândia (MG)	1,87	1,25	9,09	6,48	52,45	30,64	7,16	10,82	6,57	12,73	7,04	13,25
Juiz de Fora (MG)	2,30	1,23	10,05	5,67	46,34	30,83	10,09	10,66	9,37	13,46	9,98	13,97
Montes Claros (MG)	4,36	2,51	15,30	9,16	57,48	33,57	3,67	5,48	3,43	6,50	3,65	6,63
Betim (MG)	4,58	1,59	16,62	8,13	69,30	42,35	1,22	2,19	1,01	3,16	1,06	3,20
Uberaba (MG)	2,52	1,62	11,24	8,76	51,30	35,10	9,37	10,22	10,02	10,55	10,51	11,12
Patos de Minas (MG)	1,94	1,32	8,32	7,00	57,47	33,75	3,11	7,57	2,92	9,51	2,97	9,65
Araguari (MG)	3,07	2,08	13,42	8,78	57,13	34,91	4,80	8,61	4,34	9,78	4,83	10,27
Ituiutaba (MG)	2,78	2,77	11,70	10,05	58,18	39,02	6,14	11,01	6,35	11,71	6,66	12,00
Araxá (MG)	2,82	0,94	10,00	5,30	53,43	28,88	5,24	8,79	4,99	7,95	4,99	8,50
Patrocínio (MG)	4,24	2,94	13,59	14,92	62,88	46,49	4,30	6,89	3,26	7,26	3,42	7,37
Frutal (MG)	4,17	3,21	13,45	11,84	64,51	47,95	1,75	7,96	2,06	7,20	2,06	7,48

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 8 – Nível educacional da população de 25 anos ou mais de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais		% 25 anos ou mais analfabetas		% 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo		% 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo		% 25 anos ou mais com doze anos ou mais de estudo		% 25 anos ou mais frequentando curso superior		% 25 anos e mais com acesso ao curso superior	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	4,87	5,87	22,80	16,04	42,27	33,02	72,13	63,70	7,52	9,25	0,84	1,45	2,81	3,98
Minas Gerais	4,63	5,62	21,90	14,79	43,30	32,80	76,02	67,93	6,15	7,83	0,69	1,12	2,51	3,48
Belo Horizonte (MG)	7,19	8,13	8,58	5,56	20,86	15,21	53,81	44,93	15,79	19,21	1,75	2,63	7,90	10,21
Contagem (MG)	5,46	6,49	10,77	7,03	27,61	20,20	69,50	58,37	3,87	5,88	0,93	1,39	1,72	2,84
Uberlândia (MG)	6,10	7,13	10,49	6,52	29,23	20,96	63,72	54,17	9,96	13,16	1,00	2,54	4,88	7,15
Juiz de Fora (MG)	6,56	7,39	8,67	5,43	22,04	15,71	59,93	51,86	11,58	13,54	1,51	1,87	5,30	6,64
Montes Claros (MG)	5,29	6,44	20,17	12,73	37,84	27,68	69,51	58,56	7,60	8,88	1,03	1,55	3,31	4,48
Betim (MG)	4,36	5,58	18,65	11,20	41,53	27,63	80,07	68,37	3,28	4,05	0,68	0,89	1,66	1,82
Uberaba (MG)	6,05	6,89	11,38	7,95	29,55	22,43	64,20	56,75	11,00	13,06	1,04	1,44	4,94	5,66
Patos de Minas (MG)	5,04	6,08	15,44	9,16	36,08	26,10	73,55	64,68	5,73	7,92	0,55	1,20	1,93	2,99
Araguari (MG)	5,22	6,21	14,62	8,66	34,18	26,00	72,71	64,10	6,19	8,98	0,59	1,09	2,49	3,45
Ituiutaba (MG)	4,98	5,76	17,75	13,99	40,60	32,93	73,45	66,64	7,51	9,22	0,81	1,35	2,34	3,25
Araxá (MG)	5,47	6,53	13,59	7,92	30,82	22,87	68,90	58,90	6,47	10,17	0,61	1,24	2,05	3,66
Patrocínio (MG)	4,81	5,71	16,60	11,05	41,73	30,74	76,16	68,89	6,57	7,36	0,54	0,73	1,81	2,27
Frutal (MG)	4,59	5,42	18,95	10,69	39,75	31,25	78,29	71,37	4,49	5,52	0,25	0,77	1,02	2,27

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

4.4. Indicadores de Habitação e Renda

Ester William Ferreira¹⁹

INDICADORES DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

Nesta seção, objetiva-se fazer alguns comentários a respeito das condições de moradia da população do município de Uberlândia por meio da análise de variáveis como: **densidade e propriedade dos domicílios, atendimento quanto a serviços de infra-estrutura básica e acesso a bens de consumo**. Sempre que possível, serão feitas comparações com os resultados do País, do Estado de Minas Gerais e de alguns municípios selecionados deste.

Na análise da **densidade do domicílio**, pode-se observar, na Tabela 1, que 14,53% da população do município, em 1991, viviam em domicílios com mais de duas pessoas por dormitório (densidade maior que 2). Em 2000, esse percentual diminuiu para 10,06%, o que pode estar sinalizando a melhora nas condições de moradia da população. Quadro semelhante pôde ser constatado para o Brasil (que passou de 26,46%, em 1991, para 17,85% em 2000) e para Minas Gerais (saiu de 21,05% para 13,05%). Em que pese as diminuições observadas, alguns municípios mineiros se destacaram por apresentar as menores participações de pessoas nas condições citadas: Patos de Minas (7,14%), Araxá (7,47%) e Frutal (8,06%).

Quanto à **propriedade**, a Tabela 1 mostra ainda **o percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados**. Em Uberlândia, esse percentual foi de aproximadamente 65% em 2000, indicando que 35% da população ainda carecem de moradia própria e quitada. Em municípios como Montes Claros, Araxá e Betim os percentuais de pessoas que residem em casa ou terreno próprio e quitado ultrapassam 70%.

Em Uberlândia, o **atendimento quanto a serviços de infra-estrutura básica** é satisfatório. Em torno de 97% da população já vivia, em 1991, em domicílios com água encanada, conforme mostra a Tabela 2. Esse percentual passou para 98,58% em 2000, resultados superiores aos registrados para o Brasil (71,52% e 80,75%, respectivamente) e Minas Gerais (77,46% e 89,53%). A porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada também se aproximou de 100% em 2000.

¹⁹ Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia e gerente do CEPES.

O serviço de coleta de lixo atendia 93,53% da população do município de Uberlândia em 1991 e, em 2000, esse atendimento ampliou-se para 99,47%. A bem da verdade, percebe-se que, nesse período, houve uma melhora significativa no acesso a esse serviço básico tanto no Brasil quanto em Minas Gerais. Alguns municípios mineiros merecem destaque: Betim (passou de 49,21%, em 1991, para 96,73% em 2000), Araguari (saiu de 62,38% para 96,83%) e Ituiutaba (de 64,85% para 92,68%).

O acesso à energia elétrica já era abrangente desde 1991 e, em 2000, ampliou-se de forma a atender 99,62% da população residente em Uberlândia. Os percentuais referentes às pessoas atendidas ultrapassam os 90% no Brasil e em Minas Gerais, chegando a quase 100% nos municípios mineiros selecionados.

É importante lembrar que a ampliação do acesso aos serviços de infra-estrutura básica é fator fundamental no processo de melhoria das condições de vida da população, especificamente das condições de saúde, e deve ser mantido nos projetos de políticas públicas.

As informações referentes ao **percentual de pessoas com acesso a bens de consumo**, expressas na Tabela 3, mostram que, no período 1991 a 2000, houve crescimento na aquisição de bens de consumo duráveis (televisão, geladeira ou freezer, carro) tanto no Brasil quanto no Estado de Minas Gerais e nos municípios selecionados.

Em 1991, cerca de 90% das pessoas residentes em Uberlândia viviam em domicílios com televisão, percentual que subiu para 95,77% em 2000. O aumento na aquisição de geladeiras foi mais expressivo no período: passou de 87,4% para 95,8%. O item “carro” foi o que apresentou os menores percentuais. Em 1991, aproximadamente 33% da população do município moravam em domicílios que tinham carro. Em 2000, embora tenha sido observado um crescimento nas aquisições, o percentual passou para 47,9%, bem menor que aqueles registrados para bens como televisão e geladeira. No Brasil, em Minas Gerais e em alguns municípios selecionados a porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com carro não chega a 35%.

A Tabela 3 mostra ainda o expressivo crescimento do acesso a linhas telefônicas. No Brasil, em torno de 17% das pessoas viviam em domicílios com telefone em 1991. Em 2000, esse percentual saltou para 37,4% (aumento de 20,4 pontos percentuais (p.p.)). Quadro semelhante pôde também ser observado para Minas Gerais (23,13 p.p.) e para Uberlândia (22,7

p.p.). Alguns municípios mineiros se destacaram quanto ao crescimento nos percentuais de acesso: Contagem (aumento de 58,39 p.p.), Belo Horizonte (45,1 p.p.), Betim (43,1 p.p.) e Juiz de Fora (40,98 p.p.).

Esse aumento significativo na instalação de linhas telefônicas é reflexo do programa de reestruturação das telecomunicações brasileiras ocorrido na década de 90, que possibilitou a diminuição do custo e também a ampliação da oferta desse serviço. É importante deixar claro que, embora tenha sido observado um expressivo crescimento nos percentuais de acesso a telefone, esses ainda estão longe de atingirem 100%, ou seja, a totalidade da população, o que sinaliza a existência de um mercado potencial no setor de telefonia.

As informações sobre o percentual de pessoas que têm acesso a computador foram levantadas pela primeira vez em 2000, daí a impossibilidade de comparação com anos anteriores. Contudo, é possível perceber que ainda é pequena a parcela da população que vive em domicílios com esse equipamento. No Brasil, o percentual é de 10,27% e, no Estado de Minas Gerais, de 9,15%. Em Uberlândia, a participação registrada de 15,27% é mais elevada do que em alguns municípios mineiros selecionados como Frutal, Patrocínio, Betim, Araguari, Ituiutaba, Montes Claros e Patos de Minas, cujos percentuais não chegam a 10%. Municípios como Juiz de Fora e Belo Horizonte se destacam por apresentarem as maiores porcentagens de pessoas residindo em domicílios com computador – 18,76% e 24,49%, respectivamente.

De maneira geral, de acordo com os dados analisados, pode-se afirmar que as condições de habitação no município de Uberlândia têm melhorado nos últimos anos. Constatou-se que a maior parte da população reside hoje em domicílios com menor densidade, contando também com maior acesso a serviços de infra-estrutura básica (água encanada, esgoto, serviço de coleta de lixo, energia elétrica) e a bens de consumo como televisão, geladeira, carro e telefone. Contudo, em que pese essa melhoria nas condições de habitação, há que se levar em conta o percentual ainda elevado de pessoas que carecem de moradia própria e quitada em Uberlândia.

Tabela 1 – Densidade e propriedade do domicílio de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	% de pessoas que vivem em domicílios com densidade >2		% de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados	
	1991	2000	1991	2000
Brasil	26,46	21,05	63,97	69,79
Minas Gerais	17,85	13,05	64,45	69,25
Belo Horizonte (MG)	18,73	13,71	61,29	69,31
Contagem (MG)	22,56	16,01	62,85	69,79
Uberlândia (MG)	14,53	10,06	61,19	65,23
Juiz de Fora (MG)	14,65	10,68	60,64	68,69
Montes Claros (MG)	25,05	19,37	71,75	77,07
Betim (MG)	31,01	20,42	64,53	72,88
Uberaba (MG)	14,26	10,61	59,23	68,22
Patos de Minas (MG)	10,70	7,14	69,51	67,36
Araguari (MG)	14,17	9,35	58,31	64,07
Ituiutaba (MG)	14,22	9,81	61,61	62,01
Araxá (MG)	11,85	7,47	71,01	73,71
Patrocínio (MG)	13,23	12,19	63,59	64,33
Frutal (MG)	13,96	8,06	61,18	63,08

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 2 – Percentual de pessoas que vivem em domicílios com acesso aos serviços básicos de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo		% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica		% de pessoas que vivem em domicílios subnormais	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	71,52	80,75	67,19	76,97	77,86	91,16	84,88	93,48	4,74	3,81
Minas Gerais	77,46	89,53	73,81	87,20	71,21	92,25	85,32	95,63	3,53	2,85
Belo Horizonte (MG)	94,62	98,04	92,06	96,90	85,42	98,39	99,62	99,83	14,15	11,99
Contagem (MG)	92,55	97,98	89,79	97,09	83,54	97,01	98,93	99,85	14,68	10,70
Uberlândia (MG)	96,53	98,58	94,35	97,93	93,53	99,47	98,54	99,62	0,85	0,00
Juiz de Fora (MG)	96,95	98,80	95,71	98,29	90,29	98,62	98,51	99,64	2,18	0,00
Montes Claros (MG)	74,77	87,99	70,33	85,83	75,80	96,33	93,37	98,40	6,72	6,58
Betim (MG)	86,20	96,23	83,72	95,23	49,21	96,73	97,60	99,46	19,84	13,24
Uberaba (MG)	95,24	98,17	93,82	97,22	95,85	99,15	99,27	99,55	3,88	0,00
Patos de Minas (MG)	87,61	96,89	81,65	95,00	75,08	97,50	95,19	99,58	0,00	0,00
Araguari (MG)	89,83	94,69	85,49	92,99	62,38	96,83	97,84	99,50	0,00	0,00
Ituiutaba (MG)	87,40	95,44	85,48	93,74	64,85	92,68	96,23	99,24	0,00	0,00
Araxá (MG)	92,94	98,59	90,60	97,78	86,58	97,85	98,51	99,66	0,00	0,00
Patrocínio (MG)	85,57	96,02	78,60	92,99	84,67	95,70	89,57	98,57	0,00	0,00
Frutal (MG)	88,11	95,40	85,12	94,33	86,78	96,96	95,81	98,72	0,00	0,00

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 3 – Percentual de pessoas que vivem em domicílios com acesso a bens de consumo de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	% de pessoas que vivem em domicílios com TV		% de pessoas que vivem em domicílios com telefone		% de pessoas que vivem em domicílios com carro		% de pessoas que vivem em domicílios com geladeira		% de pessoas que vivem em domicílios com pelo menos 3 dos bens anteriores		% de pessoas que vivem em domicílios com computador	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	68,88	86,02	16,83	37,40	22,14	32,30	66,38	81,93	26,12	45,91	...	10,27
Minas Gerais	70,11	88,51	17,08	40,31	21,03	32,98	62,39	83,62	25,40	49,14	...	9,15
Belo Horizonte (MG)	91,68	97,04	36,33	81,43	34,77	45,14	89,11	96,49	44,81	81,91	...	24,49
Contagem (MG)	87,99	95,79	14,11	72,50	24,78	37,09	85,40	95,43	28,57	74,01	...	13,19
Uberlândia (MG)	90,31	95,77	40,94	63,64	32,75	47,90	87,40	95,80	47,25	70,58	...	15,27
Juiz de Fora (MG)	92,37	97,77	32,97	73,95	28,73	38,64	86,09	95,63	40,24	75,92	...	18,76
Montes Claros (MG)	71,01	89,67	20,36	43,26	19,81	31,05	61,57	85,10	25,63	47,99	...	8,59
Betim (MG)	81,46	92,61	6,34	49,44	16,24	27,69	74,47	92,54	16,76	53,83	...	7,28
Uberaba (MG)	92,94	97,06	43,01	63,26	34,04	49,67	88,02	95,98	49,24	71,66	...	12,47
Patos de Minas (MG)	82,57	95,85	31,63	52,08	27,18	40,26	73,42	94,41	37,75	60,98	...	8,72
Araguari (MG)	87,77	94,80	23,14	50,86	28,25	45,32	78,47	92,99	34,02	62,82	...	7,95
Ituiutaba (MG)	85,72	95,26	37,18	55,95	25,57	35,75	76,69	92,02	40,50	61,05	...	8,11
Araxá (MG)	91,19	97,50	21,47	59,11	31,78	46,92	82,66	95,53	35,75	67,02	...	11,65
Patrocínio (MG)	79,70	92,53	19,65	31,32	25,23	41,03	66,93	88,75	30,78	47,90	...	5,66
Frutal (MG)	82,73	92,11	35,32	47,19	31,08	44,75	80,01	92,69	43,08	59,86	...	5,60

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

INDICADORES DE RENDA

A **renda familiar per capita**²⁰ ou renda per capita, como denominada pelo Atlas de Desenvolvimento Humano, é um dos indicadores básicos de renda. Na Tabela 4, os resultados registrados para esse indicador, expressos em reais de 1º de agosto de 2000, mostram que a renda apropriada por cada indivíduo no município de Uberlândia já era baixa em 1991 (R\$ 306,29) e, embora tenha aumentado para R\$ 389,32 em 2000, ainda é pouco superior ao atual salário mínimo (R\$ 300,00).

No Brasil e em Minas Gerais, a renda per capita revelou-se ainda mais baixa: R\$ 297,23 e 276,56, respectivamente. Quadro semelhante pôde ser observado para alguns municípios mineiros: Betim (R\$ 203,22), Montes Claros (R\$ 245,43), Contagem (R\$ 280,59) e Patrocínio (R\$ 284,13). Dentre os municípios selecionados, somente Belo Horizonte (R\$ 557,44), Juiz de Fora (R\$ 419,40) e Uberaba (R\$ 400,40) apresentaram valores relativamente maiores.

Na Tabela 4, pode-se ainda constatar que, do total da renda do município de Uberlândia, a maior participação percentual refere-se à **renda proveniente de rendimentos do trabalho** em comparação à **renda proveniente de transferências governamentais** (aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio como bolsa-escola, seguro-desemprego, etc.). Contudo, é possível observar que, no período analisado, houve diminuição nos percentuais referentes à primeira variável em relação à segunda. Em 1991, enquanto 88,8% da renda total eram provenientes de rendimentos do trabalho, 6,09% provinham de transferências governamentais. Em 2000, os percentuais se alteram para 77,28% e 10,59%, respectivamente. As informações para o Brasil, Minas Gerais e municípios selecionados também evidenciam um quadro semelhante, que acaba por explicitar o aumento da dependência de recursos públicos na composição da renda em relação a recursos provenientes do trabalho.

Outro indicador das condições de renda diz respeito à **porcentagem da renda domiciliar apropriada por faixas da população**. No período 1991-2000, de maneira geral, a porcentagem da renda apropriada pelos mais pobres diminuiu, enquanto a porcentagem da renda apropriada pelos mais ricos aumentou, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais e nos municípios selecionados (Tabela 5).

²⁰ A renda per capita é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros dessa família.

Em Uberlândia, por exemplo, os 20% mais pobres²¹ apropriavam-se de aproximadamente 4% da renda do município, em 1991, segundo a renda domiciliar per capita. Em 2000, essa mesma faixa da população, passou a apropriar-se de 3,27% da renda do município. Por outro lado, a faixa dos 20% mais ricos da população, que, em 1991, se apropriavam de 58,28% da renda, passou a se apropriar de 61,43% em 2000. Movimento semelhante ocorreu para as demais faixas da população: 40% mais pobres (passou de 11,64% para 10,24%); 60% mais pobres (de 23,23% para 20,94%) e 80% mais pobres (de 41,72% para 38,57%), enquanto os 10% mais ricos, que se apropriavam, em 1991, de aproximadamente 43% da renda, passaram a se apropriar de 46% em 2000.

Essa piora na distribuição de renda também pode ser percebida nos resultados apresentados na Tabela 6. A razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres²² aumentou em 2000 relativamente a 1991. Isso foi observado para o Brasil, para Minas Gerais e para a maioria dos municípios mineiros selecionados (exceto para Patos de Minas).

Em Uberlândia, a renda dos 10% mais ricos era 14,7 vezes maior que a renda dos 40% mais pobres, em 1991. Em 2000, esse valor subiu para 17,91. Entre os 20% mais ricos e os 40% mais pobres observa-se comportamento semelhante: a razão saiu de 10,01 para 12,00 nos respectivos anos analisados. Além disso, os índices de Gini e de Theil²³ confirmam o aumento da concentração de renda no município. No período 1991-2000, o índice de Gini saiu de 0,53 para 0,56, e o índice de Theil passou de 0,49 para 0,55, considerando que, quanto mais os valores se aproximam da unidade, maior é a desigualdade entre os indivíduos.

Quando observadas as informações referentes ao **nível de renda domiciliar por extrato da população no município de Uberlândia**, percebe-se que, entre 1991 e 2000, a média da renda domiciliar per capita dos indivíduos aumentou, mas de forma diferenciada entre as faixas mais pobres e as faixas mais ricas da população (Tabela 7). Entre os 20% mais pobres (ou 1º quinto mais pobre da distribuição de indivíduos), a renda per capita média saiu de R\$ 61,17, em 1991, para R\$ 63,63 em 2000, o que significou um crescimento relativo de 4,02%. Entre os

²¹ Indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre da distribuição de indivíduos.

²² Compara a renda média domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição. Indica quantas vezes a renda da parcela mais rica é superior à renda da parcela mais pobre da população.

²³ Medem o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Quanto mais próximo de 0 (zero), menor a desigualdade; quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Ver definições detalhadas e diferenças metodológicas dos índices em anexo.

40% mais pobres esse crescimento foi maior (15,78%), assim como entre os 60% e os 80% mais pobres: 17,44% e 21,20%, respectivamente. Entre as faixas mais ricas da população, no entanto, o crescimento relativo foi maior que 30% entre os anos analisados. A renda per capita média do quinto mais rico (ou dos 20% mais ricos) passou de R\$ 892,57, em 1991, para R\$ 1.195,78 em 2000 (crescimento relativo de aproximadamente 34%), ao mesmo tempo em que a renda per capita média do décimo mais rico cresceu cerca de 36% ao sair de R\$ 1.310,13 para R\$ 1.783,78, respectivamente. Em que pese essa diferenciação é interessante observar que os valores apresentados para Uberlândia ainda se mostram superiores aos apresentados para o Brasil, para Minas Gerais e para a maioria dos municípios selecionados.

Na análise dos **indicadores de pobreza** constata-se que, entre 1991 e 2000, a porcentagem de indigentes²⁴ em Uberlândia aumentou, passando de 3,15% para 3,91% nos anos analisados (Tabela 8). Ao mesmo tempo, cresceu também o percentual de crianças indigentes, ou seja, de crianças que vivem em domicílios com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 35,75. Em 1991, esse percentual era de 4,82% e, em 2000, subiu para 6,19%, evidenciando um quadro de aumento do número de crianças em situação de risco.

A participação de pobres²⁵ que, embora tenha reduzido no período saindo de 14,13% para 12,77%, ainda é considerada significativa, assim como a porcentagem de crianças pobres cuja diminuição entre os anos analisados foi mínima, passando de 19,9%, em 1991, para 19,79% em 2000.

Pelo exposto, as informações sobre as condições de renda, para o município de Uberlândia, revelam o baixo crescimento da renda per capita, a diminuição da renda proveniente de rendimentos do trabalho, a diferenciação na renda domiciliar apropriada por faixas da população e os percentuais ainda elevados de indigência e pobreza, enfim, um quadro de concentração de renda que não fica longe dos resultados registrados para o Brasil e para o estado.

²⁴ Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$37,75 (linha de indigência), equivalentes a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

²⁵ Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50 (linha de pobreza), equivalentes a $\frac{1}{2}$ do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

Tabela 4 – Indicadores do nível de composição da renda de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	Renda per Capita		% da renda proveniente de transferências governamentais		% da renda proveniente de rendimentos do trabalho		% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	230,30	297,23	10,34	14,66	83,28	69,77	7,94	13,25
Minas Gerais	193,57	276,56	10,96	16,30	83,55	69,69	7,83	13,95
Belo Horizonte (MG)	414,94	557,44	11,40	16,33	82,07	69,42	7,94	13,02
Contagem (MG)	208,93	280,59	8,75	14,39	86,46	72,01	5,52	11,26
Uberlândia (MG)	306,29	389,32	6,09	10,59	88,80	77,28	3,92	7,77
Juiz de Fora (MG)	311,64	419,40	16,48	20,61	77,55	66,02	12,17	17,45
Montes Claros (MG)	168,40	245,43	9,07	15,10	86,81	71,30	6,30	12,31
Betim (MG)	161,67	203,22	9,23	13,39	86,70	72,31	5,97	10,38
Uberaba (MG)	279,32	400,40	10,97	14,32	83,34	72,72	7,50	10,33
Patos de Minas (MG)	225,42	306,03	7,86	15,01	88,04	73,92	4,80	11,31
Araguari (MG)	224,80	321,88	10,01	15,47	86,55	72,80	7,20	12,79
Ituiutaba (MG)	237,54	305,85	8,23	15,13	87,17	70,72	5,41	11,71
Araxá (MG)	224,20	337,69	8,82	15,90	85,05	70,00	5,24	11,51
Patrocínio (MG)	184,22	284,13	7,68	10,95	89,04	75,34	5,02	8,05
Frutal (MG)	233,27	300,69	6,66	11,81	88,27	75,96	4,61	8,61

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 5 – Porcentagem da renda domiciliar apropriada por faixas da população de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	% da renda apropriada pelos 20% mais pobres		% da renda apropriada pelos 40% mais pobres		% da renda apropriada pelos 60% mais pobres		% da renda apropriada pelos 80% mais pobres		% da renda apropriada pelos 20% mais ricos		% da renda apropriada pelos 10% mais ricos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	1,90	1,50	6,70	6,36	15,72	15,35	32,89	31,94	67,11	68,06	50,99	52,36
Minas Gerais	2,48	2,18	8,01	7,96	17,45	17,71	34,15	34,29	65,85	65,71	50,38	50,56
Belo Horizonte (MG)	2,38	2,11	7,64	7,14	16,93	16,10	35,11	33,90	64,90	66,10	47,40	48,58
Contagem (MG)	4,21	3,29	12,64	11,34	25,84	24,29	47,03	45,30	52,98	54,70	36,11	38,17
Uberlândia (MG)	3,99	3,27	11,64	10,24	23,23	20,94	41,72	38,57	58,28	61,43	42,77	45,82
Juiz de Fora (MG)	2,98	2,86	9,31	9,11	19,89	19,40	38,23	37,76	61,77	62,24	45,10	45,53
Montes Claros (MG)	2,80	2,36	8,49	8,03	17,88	17,41	34,47	33,98	65,53	66,02	49,68	50,45
Betim (MG)	3,68	2,93	11,23	10,79	23,18	23,45	42,07	43,34	57,94	56,66	42,58	40,52
Uberaba (MG)	3,69	3,35	10,84	10,37	22,02	21,07	40,94	38,44	59,06	61,56	42,84	46,47
Patos de Minas (MG)	3,38	3,76	9,91	11,23	19,96	22,46	36,38	40,10	63,62	59,90	48,72	44,34
Araguari (MG)	4,06	3,48	11,72	10,84	23,01	21,79	40,98	39,65	59,02	60,36	43,86	45,18
Ituiutaba (MG)	3,54	3,11	10,60	9,66	21,13	19,74	37,85	36,31	62,15	63,70	48,32	48,49
Araxá (MG)	3,73	3,33	10,98	10,25	22,28	20,67	40,90	37,67	59,10	62,33	42,41	47,35
Patrocínio (MG)	3,53	3,17	10,43	9,88	20,74	19,94	37,49	35,30	62,52	64,70	47,43	51,28
Frutal (MG)	3,36	3,34	10,20	10,34	20,94	20,97	38,90	37,82	61,10	62,18	45,66	47,06

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 6 – Indicadores sintéticos da desigualdade de renda de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	10% mais ricos / 40% mais pobres		20% mais ricos / 40% mais pobres		Índice de Gini		Índice de Theil	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	30,43	32,93	20,03	21,40	0,63	0,65	0,77	0,76
Minas Gerais	25,16	25,40	16,44	16,50	0,61	0,62	0,70	0,67
Belo Horizonte (MG)	24,83	27,22	17,00	18,52	0,61	0,62	0,69	0,71
Contagem (MG)	11,43	13,46	8,38	9,64	0,48	0,51	0,40	0,43
Uberlândia (MG)	14,70	17,91	10,01	12,00	0,53	0,56	0,49	0,55
Juiz de Fora (MG)	19,37	19,99	13,27	13,67	0,57	0,58	0,58	0,59
Montes Claros (MG)	23,42	25,14	15,44	16,45	0,61	0,62	0,66	0,67
Betim (MG)	15,17	15,03	10,32	10,51	0,53	0,53	0,49	0,44
Uberaba (MG)	15,81	17,92	10,90	11,87	0,54	0,57	0,51	0,56
Patos de Minas (MG)	19,66	15,80	12,83	10,67	0,58	0,54	0,60	0,50
Araguari (MG)	14,97	16,67	10,07	11,13	0,53	0,55	0,50	0,52
Ituiutaba (MG)	18,24	20,09	11,73	13,19	0,57	0,59	0,58	0,58
Araxá (MG)	15,45	18,48	10,77	12,16	0,54	0,57	0,50	0,55
Patrocínio (MG)	18,19	20,76	11,99	13,09	0,57	0,60	0,57	0,61
Frutal (MG)	17,91	18,21	11,98	12,03	0,56	0,57	0,56	0,55

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 7 – Nível de renda domiciliar por extrato da população de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre		Renda per capita média do 2º quinto mais pobre		Renda per capita média do 3º quinto mais pobre		Renda per capita média do 4º quinto mais pobre		Renda per capita média do quinto mais rico		Renda per capita média do décimo mais rico,	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	21,83	22,23	55,34	72,30	103,86	133,62	197,69	246,56	772,80	1.011,46	1.174,21	1.556,24
Minas Gerais	24,03	30,09	53,49	80,01	91,35	134,74	161,67	229,34	637,34	908,60	975,29	1.398,20
Belo Horizonte (MG)	49,36	58,66	109,05	140,30	192,76	249,86	377,16	496,09	1.346,37	1.842,28	1.966,97	2.707,80
Contagem (MG)	43,99	46,15	88,05	112,99	137,85	181,57	221,34	294,87	553,39	767,39	754,43	1.071,05
Uberlândia (MG)	61,17	63,63	117,14	135,62	177,46	208,41	283,12	343,15	892,57	1.195,78	1.310,13	1.783,78
Juiz de Fora (MG)	46,49	59,96	98,64	131,07	164,77	215,88	285,77	384,93	962,56	1.305,16	1.405,36	1.909,31
Montes Claros (MG)	23,56	29,01	47,91	69,49	79,06	115,15	139,73	203,32	551,73	810,15	836,66	1.238,10
Betim (MG)	29,74	29,75	61,04	79,84	96,57	128,67	152,67	202,07	468,31	575,77	688,44	823,53
Uberaba (MG)	51,57	67,12	99,76	140,53	156,23	214,13	264,26	347,83	824,77	1.232,41	1.196,55	1.860,50
Patos de Minas (MG)	38,11	57,54	73,62	114,27	113,23	171,91	185,13	269,87	717,03	916,57	1.098,19	1.357,07
Araguari (MG)	45,68	55,97	86,06	118,53	126,92	176,23	201,97	287,31	663,38	971,36	986,07	1.454,27
Ituiutaba (MG)	41,99	47,54	83,88	100,14	125,04	154,17	198,63	253,35	738,18	974,08	1.147,69	1.483,10
Araxá (MG)	41,78	56,23	81,26	116,85	126,72	175,91	208,71	287,10	662,51	1.052,37	950,73	1.599,04
Patrocínio (MG)	32,51	45,03	63,58	95,37	94,95	142,91	154,24	218,22	575,84	919,13	873,80	1.456,98
Frutal (MG)	39,23	50,18	79,69	105,26	125,28	159,89	209,51	253,31	712,64	934,80	1.065,21	1.415,09

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 8 – Indicadores de pobreza de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	% de indigentes		% de pobres		% de crianças indigentes		% de crianças pobres		Intensidade da pobreza		Intensidade da indigência	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	20,24	16,32	40,08	32,75	28,96	25,18	51,30	45,99	49,18	49,68	42,04	53,87
Minas Gerais	19,72	12,57	43,27	29,77	29,16	20,49	55,33	43,36	45,83	43,78	37,50	48,54
Belo Horizonte (MG)	6,05	4,92	18,89	14,17	10,52	8,82	28,77	24,04	37,97	40,64	33,84	55,92
Contagem (MG)	6,82	6,96	24,18	18,75	10,71	11,25	33,29	28,48	35,67	41,85	29,67	55,55
Uberlândia (MG)	3,15	3,91	14,13	12,77	4,82	6,19	19,90	19,79	32,76	37,70	31,85	60,34
Juiz de Fora (MG)	6,39	4,35	21,09	14,12	11,44	8,15	32,28	24,15	36,97	36,73	34,45	50,08
Montes Claros (MG)	21,76	13,98	48,16	34,53	30,27	22,10	58,32	47,73	45,76	42,06	35,01	42,68
Betim (MG)	14,45	11,55	39,10	29,31	18,90	17,01	47,95	39,85	40,95	44,41	33,72	58,78
Uberaba (MG)	4,58	3,59	19,20	12,06	7,35	6,11	27,61	19,77	34,19	35,86	34,95	53,56
Patos de Minas (MG)	9,71	4,38	32,54	16,58	15,42	7,38	42,06	25,17	36,22	32,35	28,68	48,60
Araguari (MG)	5,98	4,70	24,79	16,05	10,08	8,07	35,68	25,34	33,28	36,22	29,32	53,03
Ituiutaba (MG)	7,83	6,30	26,13	21,77	12,29	9,99	35,86	32,11	36,95	35,25	30,04	51,61
Araxá (MG)	7,10	4,20	26,76	15,71	11,37	6,77	36,78	24,09	35,17	34,53	32,95	57,75
Patrocínio (MG)	12,95	7,56	37,92	23,88	20,28	13,35	49,95	35,96	39,79	34,83	31,02	49,80
Frutal (MG)	8,09	5,39	27,24	19,03	12,52	9,43	38,19	29,98	37,93	35,23	30,64	53,11

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

5. Considerações Finais

As informações analisadas e expostas neste trabalho permitem ao leitor notar que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) apresentou crescimento nos anos de 1991 para 2000, não somente para Uberlândia, mas para todos os outros municípios que foram escopo da análise, indicando, até certo ponto, uma melhoria nas condições de vida da população.

Contudo, dadas as limitações do IDH-M e a complexidade que envolve o termo “desenvolvimento humano”, foi necessário verificar uma série de outros indicadores, como os de renda, pobreza, mortalidade infantil, educação, vulnerabilidade familiar, acesso a bens, dentre outros, que permitiram constatar que a realidade de Uberlândia e dos demais municípios selecionados não é satisfatória como se aparenta ao se analisar o IDH-M.

Apesar da constatação de significativas melhorias nas condições de moradia e educação, muitos ainda são os desafios a serem enfrentados e solucionados, principalmente no que diz respeito às questões da pobreza, indigência, concentração de renda e saúde em que vive parcela significativa da população dos 13 municípios selecionados no estudo.

Neste sentido, acredita-se que é imprescindível estabelecer ações urgentes para a redução das diferenças sócio-econômicas constatadas em que a geração de renda, a criação de postos de trabalhos, a expansão dos serviços públicos (em particular, os relacionados com a saúde) sejam metas permanentes dos gestores públicos dos municípios em estudo.

6. Referências Bibliográficas

BARROS, Ricardo P.; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel (2003). O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). **Texto para Discussão**, nº 986. IPEA, Rio de Janeiro, Outubro 2003.

FJP (2000). **Atlas de Desenvolvimento Humano**. Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, MG, 2000. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>.

HOLANDA, Marcos C. *et all* (2003). Inclusão social no Ceará: uma proposta metodológica. **Texto para Discussão**, nº 04, Fortaleza: Ceará, Junho, 2003. Disponível em: <<http://www.iplance.ce.gov.br/>>.

MOREIRA, D. A. **Analfabetismo Funcional: Introdução ao problema**. FEA USP e FECAP. Julho 2000. Disponível em: <http://www.abmbrasil.locaweb.com.br/cim/download/Daniel_Augusto_Moreira.doc>. Acesso em: 25 jun. 2005.

PNUD (s.d.). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>.

PNUD (2003). **Entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>.

PNUD (2004). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2004: Liberdade cultural num mundo diversificado**. PNUD, Lisboa, 2004.

RDH (2000a). **Os fatos por detrás dos números**. FJP, junho, 2000. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>.

RDH (2000b). **Relatório do Desenvolvimento Humano – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. FJP, junho, 2000. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>.

SEI (2005). **Índice de Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>.

TERRA (2003). **Entenda o cálculo do IDH e seus indicadores**. Outubro, 2003. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI152578-EI306,00.html>>.

7. Anexos

7.1. Glossário dos indicadores do Atlas de Desenvolvimento Humano

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil - <http://www.pnud.org.br>

IDH-M e seus Subíndices

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

É obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, referentes às dimensões Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda).

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda

Sub-índice do IDH relativo à dimensão Renda. É obtido a partir do indicador renda per capita média, através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})] / [\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a R\$3,90 e R\$1560,17, respectivamente. Estes limites correspondem aos valores anuais de PIB per capita de US\$ 100 ppp e US\$ 40000 ppp, utilizados pelo PNUD no cálculo do IDH-Renda dos países, convertidos a valores de renda per capita mensal em reais através de sua multiplicação pelo fator (R\$297/US\$7625ppp), que é a relação entre a renda per capita média mensal (em reais) e o PIB per capita anual (em dólares ppp) do Brasil em 2000.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Longevidade

Sub-índice do IDH relativo à dimensão Longevidade. É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer, através da fórmula: $(\text{valor observado do indicador} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação

Sub-índice do IDH relativo à Educação. Obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola, convertidas em índices por: $(\text{valor observado} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, com limites inferior e superior de 0% e 100%. O IDH-Educação é à média desses 2 índices, com peso 2 para o da taxa de alfabetização e peso 1 para o da taxa bruta de frequência.

Saúde

Esperança de vida ao nascer

Número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento

Taxa de fecundidade total

Número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar o período reprodutivo

Mortalidade até um ano de idade

Número de crianças que não irão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada mil crianças nascidas vivas

Mortalidade até cinco anos de idade

Probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos, por 1000 crianças nascidas vivas.

Probabilidade de sobrevivência até 40 anos

Vulnerabilidade à morte numa idade relativamente precoce: a probabilidade de uma criança recém-nascida viver até aos 40 anos se os padrões das mortalidade específicas prevaletentes na época do nascimento permanecerem os mesmos ao longo da vida da criança

Probabilidade de sobrevivência até 60 anos

Vulnerabilidade à morte numa idade relativamente precoce: a probabilidade de uma criança recém-nascida viver até aos 60 anos se os padrões das mortalidade específicas prevaletentes na época do nascimento permanecerem os mesmos ao longo da vida da criança

*População***Densidade demográfica**

É a razão entre a população residente total e a área do município (hab/km²), 2000

População total exceto residentes em domicílios coletivos

População residente em domicílios particulares. Exclui os residentes em domicílios coletivos, como pensões, hotéis, prisões, quartéis, hospitais.

População total exceto residentes em domicílios coletivos e com renda nula

Refere-se à população residente em domicílios particulares, excetuando-se as pessoas com renda familiar per capita nula e as residentes em domicílios coletivos, como pensões, hotéis, prisões, quartéis, hospitais.

Pessoas em domicílios particulares exceto domésticas, pensionistas e com renda missing

População residente em domicílios particulares exceto as empregadas domésticas, pensionistas e pessoas com renda missing.

Percentual de pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas

Percentual de pessoas com 65 anos ou mais de idade que vivem sozinhas em domicílio particular permanente.

Percentual de pessoas que vivem em famílias com razão de dependência maior que 75%

Percentual de pessoas que vivem em famílias nas quais a razão entre o número de seus membros com idade de até 14 anos e de 65 anos ou mais e o dos com idade entre 15 e 64 anos é maior que 0,75.

Percentual mulheres chefes de família, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos

Percentual mulheres chefes de família, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos em casa.

Percentual de crianças do sexo feminino entre 10 e 14 anos com filhos

Percentual de crianças do sexo feminino entre 10 e 14 anos de idade que tiveram filhos (estando os mesmos vivos ou não).

Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 a 17 anos com filhos

Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos (estando os mesmos vivos ou não).

Percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola

Percentual de crianças nessa faixa etária que não freqüentam a escola. Somente para 2000.

Percentual de crianças de 5 a 6 anos fora da escola

Percentual de crianças nessa faixa etária que não freqüentam a escola.

Percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola

Percentual de crianças nessa faixa etária que não freqüentam a escola.

Percentual de crianças de 10 a 14 anos fora da escola

Percentual de crianças nessa faixa etária que não freqüentam a escola.

Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola

Percentual de adolescentes nessa faixa etária que não freqüentam a escola.

Renda

Renda per Capita

Razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A renda per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros da mesma. Valores expressos em reais de 1º de agosto de 2000.

Percentual da renda proveniente de transferências governamentais

Equivale à participação percentual das rendas provenientes de transferências governamentais (aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego, etc) na renda total do município.

Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho

Equivale à participação percentual das rendas provenientes do trabalho (principal e outros) na renda total do município.

Percentual de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais

Percentual de pessoas cuja renda familiar per capita provém, em mais de metade de seu valor total, de rendimentos de aposentadoria, pensão e programas oficiais de auxílio. A renda familiar per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros de sua família e o número de membros da mesma.

Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 20% mais pobres da população

É a proporção da renda do município apropriada pelos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 40% mais pobres da população

É a proporção da renda do município apropriada pelos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres da distribuição de indivíduos segundo a renda per capita.

Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 60% mais pobres da população

É a proporção da renda do município apropriada pelos indivíduos pertencentes aos três quintos mais pobres da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 80% mais pobres da população

É a proporção da renda do município apropriada pelos indivíduos pertencentes aos quatro quintos mais pobres da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 20% mais ricos da população

É a proporção da renda do município apropriada pelos indivíduos pertencentes ao quinto mais rico da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 10% mais ricos da população

É a proporção da renda do município apropriada pelos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Renda domiciliar per capita média do 1º quinto mais pobre

É a média da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Renda domiciliar per capita média do 2º quinto mais pobre

É a média da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao segundo quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Renda domiciliar per capita do 3º quinto mais pobre

É a média da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao terceiro quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Renda domiciliar per capita média do 4º quinto mais pobre

É a média da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao quarto quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Renda domiciliar per capita média do quinto mais rico

É a média da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao quinto mais rico da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Renda domiciliar per capita média do décimo mais rico

É a média da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres

É uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Compara a renda média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição.

Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres

É uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Compara a renda média dos indivíduos pertencentes aos dois décimos mais ricos da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição.

Índice de Gini

Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Índice L de Theil

Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Para seu cálculo, excluem-se do universo os indivíduos com renda domiciliar per capita nula.

Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R\$37,75

Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$37,75, equivalentes a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado àqueles que são membros que vivem em domicílios particulares permanentes.

Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R\$75,50

Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Percentual crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$37,75

Proporção dos indivíduos com idade de zero a 14 anos que têm renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$37,75 (1/4 do salário mínimo de agosto de 2000). O universo desses indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Percentual crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$75,50

Proporção dos indivíduos com idade de zero a 14 anos que têm renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$75,50 (1/2 salário mínimo de agosto de 2000). O universo desses indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares.

Intensidade da pobreza: linha de R\$37,75

Distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$ 37,75) do valor da linha de pobreza, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza.

Intensidade da pobreza: linha de R\$75,50

Distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$ 75,50) do valor da linha de pobreza, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza.

Percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham

Percentual de crianças nessa faixa etária que trabalharam em todos ou em parte dos últimos 12 meses (1991) ou na última semana de julho (2000). Considera-se o trabalho remunerado ou não (ajuda a membros da família, aprendiz, estagiário) e também o trabalho na produção para consumo próprio.

*Moradia***Percentual de enfermeiros residentes com curso superior**

Razão entre o total de pessoas residentes no município que exercem a profissão de enfermeiro e que têm curso superior e o total das pessoas residentes no município que exercem esta profissão vezes cem.

Número de médicos residentes por mil habitantes

Razão entre o total de médicos residentes no município e o total de habitantes do mesmo, vezes mil. Incluem-se os acadêmicos de hospital (médicos residentes).

Percentual de professores do fundamental residentes com curso superior

Razão entre o total de pessoas residentes no município que exercem a profissão de professor de curso fundamental e que têm curso superior e o total das pessoas residentes no município que exercem esta profissão, vezes cem.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água canalizada para um ou mais cômodos, proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido por água das chuvas ou carro-pipa.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada em pelo menos um de seus cômodos e com banheiro, definido como cômodo que dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário. Os valores em branco referem-se àqueles domicílios que não tinham água encanada.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo

Percentual de pessoas que vivem em domicílios em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou em que o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios localizados em área urbana.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com iluminação elétrica, proveniente ou não de uma rede geral, com ou sem medidor.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e TV

Percentual de pessoas que vivem em domicílios energia elétrica e aparelho de televisão a cores ou preto e branco, desde que esteja em condições de uso. Os valores em branco referem-se àqueles domicílios que não tinham energia elétrica.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com linha convencional de telefone instalada, própria, alugada ou ramal. Não inclui telefone celular.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com carro

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com automóvel de passeio ou veículo utilitário, utilizados para passeio ou locomoção dos membros da família para o trabalho. Veículos utilizados para desempenho profissional (táxis, vendas) são considerados desde que sejam também utilizados para passeio ou locomoção da família.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e com geladeira ou freezer em condições de uso. Os valores em branco referem-se àqueles domicílios que não tinham energia elétrica.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com pelo menos 3 dos bens anteriores

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com automóvel de passeio ou veículo utilitário, utilizados para passeio ou locomoção dos membros da família para o trabalho. Veículos utilizados para desempenho profissional (táxis, vendas) são considerados desde que sejam também utilizados para passeio ou locomoção da família.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com computador

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com qualquer tipo de computador, desde que em condições de uso. Este quesito somente pode ser apurado para 2000, uma vez que em 1991 não constava do questionário do Censo.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais

Percentual de pessoas que vivem em domicílios localizados em aglomerados subnormais. O que caracteriza um aglomerado subnormal é a ocupação desordenada e, quando de sua implementação, não haver a posse da terra ou o título de propriedade. É também designado por “assentamento informal”, como por exemplo mocambo, alagado, barranco de rio, etc.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade superior a 2. A densidade do domicílio é dada pela razão entre o total de moradores do domicílio e o número total de cômodos do mesmo, excluídos o(s) banheiro(s) e mais um cômodo, destinado à cozinha.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terreno próprios e quitados

Percentual de pessoas que vivem em domicílios que, juntamente com os terrenos onde se localizam, são de propriedade, total ou parcial, de um dos moradores e já estão integralmente pagos. No caso de apartamentos, considera-se a fração do terreno.

*Educação***Percentual de crianças entre 4 e 5 anos na escola**

Percentual de crianças nessa faixa etária que freqüentam escola (creche, pré-escola ou fundamental).

Percentual de crianças de 5 a 6 anos na escola

Percentual de crianças nessa faixa etária que freqüentam escola (creche, pré-escola ou fundamental).

Percentual de crianças de 7 a 14 anos na escola

Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série.

Percentual de crianças de 10 a 14 anos na escola

Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série.

Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas

Percentual de crianças nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.

Percentual de crianças de 7 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar

O atraso escolar é obtido pela comparação entre a idade e a série escolar da criança, através da equação: atraso escolar = [(idade - 7) - número da série completada]. Espera-se, portanto, que uma criança de oito anos já tenha completado um ano de estudo.

Percentual de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando o curso fundamental

Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando o curso fundamental ou cursos não seriados equivalentes, como o supletivo de primeiro grau. Não inclui classe de alfabetização.

Percentual de crianças de 7 a 14 anos com acesso ao curso fundamental

Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando o curso fundamental ou já o concluíram. Neste último caso, têm 8 anos completos de estudo e podem estar freqüentando ou não outro nível escolar.

Percentual de crianças de 10 a 14 anos analfabetas

Percentual de crianças nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.

Percentual de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar

O atraso escolar é obtido pela comparação entre a idade e a série escolar da criança, através da equação: atraso escolar = [(idade - 7) - número da série completada]. Espera-se, portanto, que uma criança de dez anos já tenha completado três anos de estudo.

Percentual de crianças de 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo

Percentual de crianças nessa faixa etária que ainda não completaram a quarta série do fundamental.

Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos na escola

Percentual de adolescentes nessa faixa etária que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série.

Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos analfabetas

Percentual de adolescentes nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.

Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo

Percentual de adolescentes nessa faixa etária que ainda não completaram a quarta série do fundamental. Implica que abandonaram a escola ou que apresentam um grau elevado de atraso escolar.

Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo

Percentual de adolescentes nessa faixa etária que ainda não completaram a oitava série do fundamental. Implica que abandonaram a escola ou que apresentam, no mínimo, um ano de atraso escolar.

Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que estão freqüentando o segundo grau

Percentual de adolescentes nessa faixa etária que estão freqüentando o segundo grau seriado ou cursos não seriados equivalentes, como o supletivo.

Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com acesso ao segundo grau

Percentual de adolescentes nessa faixa etária que estão freqüentando o segundo grau ou já o concluíram. Neste último caso, têm 11 anos de estudo completos e podem estar freqüentando ou não outro nível escolar.

Percentual de pessoas de 18 a 24 anos analfabetas

Percentual de jovens nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.

Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo

Percentual de jovens nessa faixa etária que ainda não completaram a quarta série do fundamental, ou seja, que podem ser classificados como “analfabetos funcionais”.

Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com menos de oito anos de estudo

Percentual de jovens nessa faixa etária que ainda não completaram a oitava série do fundamental. Implica que abandonaram a escola ou que apresentam um grau bastante elevado de atraso escolar.

Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com mais de onze anos de estudo

Percentual de jovens nessa faixa etária que completaram pelo menos um ano de curso universitário.

Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que estão freqüentando curso superior

Percentual de jovens nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário.

Percentual de pessoas de 18 a 24 com acesso ao curso superior

Percentual de jovens nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário ou já o concluíram.

Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas

Percentual de pessoas nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.

Percentual de pessoas de 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo

Percentual de pessoas nessa faixa etária que não completaram a quarta série do fundamental, ou seja, que podem ser classificados como “analfabetos funcionais”.

Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade

Razão entre o somatório do número de anos de estudo completos das pessoas nessa faixa etária e o total dessas pessoas.

Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas

Percentual de pessoas nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.

Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo

Percentual de pessoas nessa faixa etária que não completaram a quarta série do fundamental, ou seja, que podem ser classificados como “analfabetos funcionais”.

Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo

Percentual de pessoas nessa faixa etária que não completaram a oitava série do fundamental. Implica que abandonaram a escola ou que apresentam um grau elevado de atraso escolar.

Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com mais de onze anos de estudo

Percentual de pessoas nessa faixa etária que completaram pelo menos um ano de curso universitário.

Percentual de pessoas de 25 anos ou mais freqüentando curso superior

Percentual de pessoas nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário.

Percentual de pessoas de 25 anos e mais com acesso ao curso superior

Percentual de pessoas nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário ou já o concluíram.

Percentual de pessoas que freqüentam o fundamental em relação à população de 7 a 14 anos

Razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o curso fundamental e a população de 7 a 14 anos. Indicador componente da taxa bruta de matrícula do IDH-educação.

Percentual de pessoas que freqüentam o segundo grau em relação à população de 15 a 17 anos

Razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o segundo grau e a população de 15 a 17 anos. Indicador componente da taxa bruta de matrícula do IDH-educação.

Percentual de pessoas que freqüentam curso superior em relação à população de 18 a 22 anos

Razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o curso superior e a população de 18 a 22 anos. Indicador componente da taxa bruta de matrícula do IDH-educação.

Percentual de pessoas de 18 a 22 anos que freqüentam curso superior

Percentual de jovens nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário.

Percentual de pessoas de 18 a 22 anos com acesso ao curso superior

Percentual de jovens nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário ou já o concluíram.

Taxa bruta de freqüência à escola

Indicador componente do IDH-Educação, no qual entra com peso de 1/3. A taxa bruta de matrícula é a razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o segundo grau e o nível superior e a população de 7 a 22 anos.

Taxa de alfabetização

Indicador componente do IDH-Educação, no qual entra com peso de 2/3. É o percentual da pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples.